



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 136/137

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 04 DE DEZEMBRO DE 2006

ANO XXXI

### *Mesa Executiva*

**HERMAS BRANDÃO**  
Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**  
1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**  
1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**  
2º Secretário - PMDB

**ELIO RUSCH**  
3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**  
4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PMRB

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### *Lideranças*

*Líder do Governo ..... Dobrandino da Silva*  
*Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni*  
*PFL ..... Plauto Miró Guimarães*  
*PSDB ..... Nelson Garcia*  
*PMDB ..... José Maria Ferreira*  
*PT ..... Ângelo Vanhoni*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*PPS ..... Waldir Leite*  
*Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB ..... Jocelito Canto*  
*Bloco Parlamentar PP/PSB ..... Cida Borghetti*

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 14: Alexandre Curi - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

## S U M Á R I O S

### **DIÁRIO Nº 136**

#### **113ª SESSÃO ORDINÁRIA**

##### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 03**

**Presenças ..... 03**

**Abertura da Sessão ..... 03**

**Expediente:**

Requerimentos ..... 04

Projetos de Lei ..... 08

**Pequeno Expediente:**

Dep. Barbosa Neto ..... 10

Dep. Tadeu Veneri ..... 11

Dep. Cleiton Kielse ..... 12

Dep. Natálio Stica ..... 13

Dep. José Domingos Scarpellini ..... 14

Dep. Elton Carlos Welter ..... 16

**Horário das Lideranças:**

Liderança do Bloco PTB/PL/PRB

Dep. Pastor Edson Praczyk ..... 16

Liderança do Bloco PP/PSB

Dep. José Domingos Scarpellini ..... 14

Liderança do PDT

Dep. Barbosa Neto ..... 17

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri ..... 11

**Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 18

Discussão/Votação

Redação Final ..... 19

3ª Discussão ..... 19

2ª Discussão ..... 19

1ª Discussão ..... 20

Requerimentos ..... 24

**Encerramento da Sessão..... 24**

### **DIÁRIO Nº 137**

#### **22ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

##### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva.....25**

**Presenças.....25**

**Abertura da Sessão .....25**

**Expediente:**

Projetos de Lei .....26

**Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente .....27

Discussão/Votação

1ª Discussão .....28

Discussão Única (Indicação) .....36

**Encerramento da Sessão .....36**

**Publicações**

Comissão Executiva

Atos .....37

Diretoria Geral

Portarias .....39

Programa de Demissão Voluntária

Pedido de Adesão .....39

## S U M Á R I O

### **DIÁRIO Nº 136**

### **113ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva.....03**

**Presenças.....03**

**Abertura da Sessão .....03**

#### **Expediente:**

Requerimentos.....04

Projetos de Lei.....08

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Barbosa Neto .....10

Dep. Tadeu Veneri .....11

Dep. Cleiton Kielse .....12

Dep. Natálio Stica.....13

Dep. José Domingos Scarpellini ....14

Dep. Elton Carlos Welter.....16

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do Bloco PTB/PL/PRB

Dep. Pastor Edson Praczyk ..... 16

Liderança do Bloco PP/PSB

Dep. José Domingos Scarpellini 14

Liderança do PDT

Dep. Barbosa Neto ..... 17

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri ..... 11

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 18

Discussão/Votação

Redação Final..... 19

3ª Discussão ..... 19

2ª Discussão ..... 19

1ª Discussão ..... 20

Requerimentos..... 24

**Encerramento da Sessão ..... 24**

### **DIÁRIO Nº 136**

### **113ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 113ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2006**

(segunda-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Carlos Simões e Geraldo Cartário.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre

Curi, André Vargas, Ângelo Vanhoni, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, e Waldir Leite (45).

Ausentes os Srs. Deputados: Chico Noroeste, Luiz Accorsi, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Padre Paulo Campos e Renato Gaúcho (06).

Em viagem representativa os Srs. Deputados: Hermes Fonseca e Vanderlei Iensen (02).

Em licença médica o Sr. Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

#### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

**A SRA. 1ª SECRETÁRIA**

Procede à leitura do seguinte

***Expediente:******Requerimentos*****REQUERIMENTO Nº 2663**

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 04.12.06.

(a) CIDA BORGHETTI

**REQUERIMENTO Nº 2662**

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário que seja marcada Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 04.12.06.

(a) CIDA BORGHETTI

**REQUERIMENTO Nº 2661**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja marcada Sessão Solene no dia 12 de dezembro do corrente ano, para a entrega do título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Dr. Antonio Fernando Barros e Silva.

Sala das Sessões, em 04.12.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

**REQUERIMENTO Nº 2642**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento de Laércio Tonello, ocorrido em 18 de novembro de 2006, na cidade de São Jorge do Oeste.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada através do seu pai, Sr. Tarcísio Tonello, enviando correspondência ao Trevo do Ouro Verde, São Jorge do Oeste, CEP: 85.575-000.

Sala das Sessões, em 04.12.06.

(a) NEREU MOURA

**JUSTIFICATIVA:**

Que Deus acolha o jovem Laércio em sua morada eterna e console os corações dos que sofrem com sua ausência. Nos momentos de maior saudade, que a fé aqueça a esperança do reencontro.

Diante do mistério da morte, deseja-se que o Espírito Santo dê sustentação às almas que continuam nesta vida e que tiveram a felicidade de conviver com Laércio Tonello.

Por sua vez, a Assembléia Legislativa do Paraná na pessoa deste Parlamentar, cumpre a dolorosa missão de enviar sinceros votos de pêsames e condolências à família enlutada.

**REQUERIMENTO Nº 2653**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. José Siqueira de Oliveira, ocorrido dia 29 de novembro/06 na cidade de São Bernardo do Campo-SP.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 04.12.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

Aos 51 anos de idade faleceu no dia 29 de novembro/06 o Sr. José Siqueira de Oliveira, que era filho de Sebastião Martins Siqueira e Dona Geralda Angélica de Oliveira. Deixou viúva a Sra. Helena Ortega Siqueira e dois filhos.

O Sr. José era irmão da funcionária deste Poder Legislativo, Sra. Zélia. Ele residia na cidade de São Bernardo do Campo - São Paulo, onde faleceu.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos.

Sua família, a família que adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

Imploramos ao Pai Celeste que os familiares do Sr. José Siqueira de Oliveira, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Siqueira de Oliveira, endereçando a todos voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

**REQUERIMENTO Nº 2653-A**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Ari José Pozzan, ocorrido no último dia 03 de dezembro/06.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 04.12.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 73 anos de idade, faleceu no último dia 03 de dezembro/06, no município de Ponta Grossa, o pecuarista Sr. Ari José Pazzon. Deixou viúva a Sra. Ivete Comassetto Pozzan, deixou ainda dois filhos e um neto.

O passamento de Ari José Pozzan veio entristecer profundamente não apenas seus familiares, mas seus colegas e amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca desmedida são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

Repousa, pois, valente lutador.

Permaneceremos, porém, fiéis a sua memória e os seus exemplos e suas lições não de continuar a ser a nossa bússola na luta pelo bem-estar de nossa gente.

Rogamos ao Pai Celeste, que nossos amigos e familiares de Ari José Pozzan, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento de tristeza e dor.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Pozzan, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 2658

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja expedido voto de congratulações à Prefeita de Lobato, Tânia Martins Costa, em razão da sua indicação para a Presidência da Amusep, representando o consenso dos municípios que integram a Associação.

A Prefeita de Nova Esperança, Maly Benatti, atual Presidente da Amusep, entregará essa Presidência à Prefeita de Lobato. As administrações da Amusep vêm representando de forma honrada e competente os municípios da referida Associação.

Sala das Sessões, em 04.12.06.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 2646

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Bituruna pela passagem de seus 51 anos de emancipação política, no próximo dia 14 de dezembro.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Lauro Augustin, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito José Constantino de Lara Ribas, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Bituruna.

Sala das Sessões, em 04.12.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Quando o município de Bituruna completa seus 51 anos de emancipação política vemos com muita alegria que o esforço, a dedicação e o trabalho diuturno desenvolvido por seus administradores de todos os tempos não foi em vão, mas contribuiu para despertar a crença num futuro voltado ao progresso cada vez maior daquela região.

Portanto está de parabéns a população de Bituruna nesta significativa data em que vê transcorrer mais um aniversário de sua emancipação política dia 14/06.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná por intermédio deste Parlamentar, orgulha-se em transmitir ao povo de Bituruna, com este voto, o reconhecimento e admiração pela dedicação ao longo desses 51 anos, num trabalho em prol do desenvolvimento crescente do município.

#### REQUERIMENTO Nº 2647

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Paulo Frontin, pela passagem, no próximo dia 14/12/06, do seu 54º aniversário de emancipação política.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Irineu Inácio Zacharias, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Sr. Jamil Pech, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Paulo Frontin.

Sala das Sessões, em 04.12.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com muito orgulho que toda a população de Paulo Frontin estará, no próximo dia 14 de dezembro, comemorando seus 54 anos de emancipação política.

No planejamento dos serviços que serão prestados à zona rural, deve-se levar em conta a possibilidade de união de regiões, com o objetivo de dotá-las de equipamentos e serviços que isoladamente não poderiam ser proporcionados às populações dispersas.

O município de Paulo Frontin serve de elemento catalisador da ação da comunidade rural e de ligação entre a liderança rural e os organismos públicos. O Prefeito e Vereadores, por sentirem de perto as aspirações da gente do campo, serão capazes, no exercício de seu papel de agentes políticos, de conduzir esforços e reivindicar

ções, mediante contatos com autoridades federais e estaduais.

O Prefeito ou o Vereador - representa a via de acesso mais eficaz para a condução dos problemas rurais a outros níveis de governo, pois dispõe de um potencial de atendimento das necessidades que poderá ser induzido por intermédio do relacionamento formal e informal das autoridades municipais.

Praticar a política, a sã política, é abraçar o sacrifício. Para tanto, são requeridas daquele que a ela se entrega qualidades incomuns de coragem e abnegação aliados a uma inteligência esclarecida e conhecimento profundo dos problemas sociais e administrativos do município, como aconteceu com Paulo Frontin, para felicidade do seu povo.

Com todo o respeito que as autoridades e o povo de Paulo Frontin é merecedor, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, renova sua homenagem de gratidão na certeza de que continuará dando o melhor de seus esforços pelo desenvolvimento cada vez mais crescente do município.

#### REQUERIMENTO Nº 2648

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de Cruz Machado pelo transcurso, no próximo dia 14 de dezembro, de seus 55 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Euclides Pasa, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Nelson Barczak, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Cruz Machado.

Sala das Sessões, em 04.12.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Rendemos nossa homenagem e manifestamos a nossa gratidão e reconhecimento a toda população de Cruz Machado, que de uma forma ou de outra, continua prestando eficiente colaboração para o constante progresso do município.

O crescimento de Cruz Machado é resultado da junção do trabalho de várias gestões administrativas, da determinação e espírito de luta e do seu povo ordeiro e trabalhador.

Foi em 1951 que pela Lei Estadual nº 790, de novembro, que Cruz Machado transformou-se em município autônomo, desmembrado de União da Vitória. A instalação oficial deu-se no dia 14 de dezembro de 1952, sendo primeiro Prefeito Municipal o Sr. Afonso Nadolny.

Portanto, na significativa data da comemoração do 55º aniversário de Cruz Machado, queremos nos associar às manifestações de júbilo das autoridades e do povo em

geral, na certeza de que haverá uma sucessão de dias melhores.

#### REQUERIMENTO Nº 2649

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de Peabiru, pela passagem, no próximo dia 14 de dezembro/2006, de seus 55 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. João Carlos Klein, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Cláudio Iamagami, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Peabiru.

Sala das Sessões, em 04.12.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Compartilhando da alegria de toda a população de Peabiru, pela comemoração do 55º aniversário de emancipação política, no próximo dia 14 de dezembro/06, cumprimos todos com votos de prosperidade e muito sucesso.

Pois, é muito importante reconhecer e homenagear as pessoas que contribuíram e continuam contribuindo para o desenvolvimento de toda a região.

Temos certeza que o Sr. Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores querem oferecer melhor qualidade de vida para a população e, assim sendo, não medem esforços com o trabalho diuturno em favor de sua gente.

O Prefeito ou o Vereador representam a via de acesso mais eficaz para a condução dos problemas rurais a outros níveis de governo, pois dispõem de um potencial de atendimento das necessidades que poderá ser induzido por intermédio do relacionamento formal e informal das autoridades municipais.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, congratula-se com as autoridades e o povo em geral no transcurso da magna data.

#### REQUERIMENTO Nº 2650

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de Quinta do Sol, pela passagem de seus 42 anos de emancipação política, no próximo dia 14 de dezembro/06.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Florival Peres de Marcos, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Carlos Alberto de Melo, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em

nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Quinta do Sol.

Sala das Sessões, em 04.12.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Toda a população de Quinta do Sol estará, com grande alegria, comemorando os 42 anos de emancipação política do município, no próximo dia 14 de dezembro/06.

Em 1949, estabeleceram-se com suas famílias na região Pedro Miguel e Pedro dos Santos, dedicando-se à agricultura. Em seguida outras famílias vieram, notadamente as de origem portuguesa, destacando-se Joaquim Alves Bezerra, José Antonio, Raimundo da Silva, Geraldo Gomes, Antonio Alves da Costa, Otávio Miranda Pinto, Benedito Alves, Elias Alves Cordeiro, Sebastião Alves de Azevedo, Joaquim Sebastião Pinto e muitos outros.

Não demorou muito o povoado ganhou fama pela excelente produção de rami e hortelã. Pela Lei nº 2.914, de 29 de outubro de 1956, foi criado o Distrito Administrativo no Município da Campo Mourão. Com a criação do município de Fênix em 25 de julho de 1960; Quinta do Sol passou à sua jurisdição.

Em 29 de novembro de 1963, pela Lei Estadual nº 4.788, foi criado o município, com território desmembrado de Fênix. A instalação deu-se a 14 de dezembro de 1964, sendo primeiro Prefeito eleito, o Sr. Osvaldo Silva.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, associa-se às manifestações de júbilo das autoridades e do povo em geral de Quinta do Sol, no transcurso do 42º aniversário de sua emancipação política, na certeza de que haverá uma sucessão de dias cada vez melhores.

#### REQUERIMENTO Nº 2643

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de regozijo ao Sr. Ricardo Moura.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dada ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.12.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2645

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Procurador Geral do Ministério Público no Estado do Paraná, Dr. Milton Riquelme de Macedo, manifestando o apoio deste

Parlamentar aos membros das Promotorias de Investigação Criminal do Ministério Público do Paraná (PICs), instaladas em Curitiba, Londrina, Foz do Iguaçu e Cascavel, em face da retirada de apoio material e policial, recentemente anunciada pelo Governo do Estado e reitereando votos de congratulações pelos excelentes serviços prestados em prol da sociedade paranaense.

Requer também, envio de cópia deste expediente aos promotores do Ministério Público abaixo relacionados:

#### **PIC - Curitiba - Rua Brasilino Moura, nº 810 - 80.540-340.**

Dr. Paulo José Kessler  
Dr. Walber Alexandre de Souza  
Dr. Cláudio Franco Felix  
Dr. João Milton Salles  
Dr. Fábio V. Grade

#### **PIC - Foz do Iguaçu - Rua Pedro Basso, nº 1001 - 85.863-756**

Dr. Renan Gabardo Favo  
Dr. Leonardo Gabardo Favo  
Dr. Rudi Rigo Burkle

#### **PIC - Londrina - Rua Capitão Pedro Rufino, nº 605 - 86015-700**

Dr. Leonir Batisti  
Dr. Cláudio Rubino Zuan Esteves  
Dr. Jorge Fernando Barreto Costa

#### **PIC - Cascavel - Av. Tancredo Neves, 2320 - 85804-260**

Dra. Fernanda Nage Garcez

Sala das Sessões, em 04.12.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2659

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente à Sra. Corregedora da Polícia Civil do Estado do Paraná, Dra. Charis Negrão Tonhozi, no sentido de que sejam apuradas denúncias de comportamento indevido, abuso de poder e comércio de armas roubadas envolvendo o escrivão de polícia Sr. Evaldo Domingues de Oliveira, lotado irregularmente, sem concurso, na Delegacia de Polícia de São Pedro do Ivaí.

Requer sejam solicitadas informações sobre os procedimentos e que seja encaminhada a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná com cópias para a Comissão de Direitos Humanos desta Casa.

Sala das Sessões, em 04.12.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

A Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa recebeu denúncia assinada por diversas testemunhas contra o funcionário público, Sr. Evaldo Domingues de Oliveira, lotado irregularmente como escrivão de polícia na Delegacia de São Pedro do Ivaí, acusado de comportamento indevido, abuso de poder, maus tratos e até agressões físicas a pessoas, além de envolvimento na

comercialização de armas roubadas, conforme inquérito policial em curso, na Delegacia de Polícia de Jandaia do Sul.

Nesse sentido, solicitamos o encaminhamento pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, de pedido de providências e que sejam encaminhadas a esta Egrégia Casa informações sobre o procedimento, com cópias para a Comissão de Direitos Humanos.

#### REQUERIMENTO Nº 2660

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente à Sra. Promotora Pública de Jandaia do Sul, Dra. Fernanda Lacerda Trevisan Silvério, no sentido de que sejam apuradas denúncias de comportamento indevido, abuso de poder e comércio de armas roubadas envolvendo o escrivão de polícia Sr. Evaldo Domingues de Oliveira, lotado irregularmente, sem concurso, na Delegacia de Polícia de São Pedro do Ivaí.

Requer sejam solicitadas informações sobre os procedimentos e que seja encaminhada a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná com cópias para a Comissão de Direitos Humanos desta Casa.

Sala das Sessões, em 04.12.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

#### JUSTIFICATIVA:

A Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa recebeu denúncia assinada por diversas testemunhas contra o funcionário público, Sr. Evaldo Domingues de Oliveira, lotado irregularmente como escrivão de polícia na Delegacia de São Pedro do Ivaí, acusado de comportamento indevido, abuso de poder, maus tratos e até agressões físicas a pessoas, além de envolvimento na comercialização de armas roubadas, conforme inquérito policial em curso, na Delegacia de Polícia de Jandaia do Sul.

Nesse sentido, solicitamos o encaminhamento pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, de pedido de providências e que sejam encaminhadas a esta egrégia Casa informações sobre os procedimentos, com cópias para a Comissão de Direitos Humanos.

#### REQUERIMENTO Nº 2644

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de pedido de informação ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, questionando a possibilidade de rever, juntamente com a comunidade escolar, a Instrução Normativa 03/06 - DIE.

Sala das Sessões, em 04.12.06.

(a) BARBOSA NETO

## Projetos de Lei

### PROJETO DE LEI Nº 551/06

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Filantrópica Imaculada Conceição, com sede e foro na cidade de Ipiranga, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.12.06.

(a) JOCELITO CANTO

#### JUSTIFICATIVA:

O referido projeto de lei tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Filantrópica Imaculada Conceição, com sede e foro no Município de Ipiranga-PR, entidade sem fins lucrativos, que tem por objetivos o atendimento médico hospitalar de emergência, internamento através do SUS para realização de partos normais, cesarianas e pequenas cirurgias.

A iniciativa se justifica tendo em vista os relevantes serviços prestados pela entidade à comunidade, conforme se pode verificar nas atas e relatórios de atividades juntados ao projeto, bem como preenche todos os requisitos formais e legais conforme documentação em anexo.

A aprovação do presente projeto permitirá à entidade requerer recursos oriundos dos poderes públicos, o que facilitará a execução de seus objetivos e para tanto pedimos o apoio dos nobres pares desta Casa.

### PROJETO DE LEI Nº 552/06

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública o Instituto Proe, com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.12.06.

(a) CIDA BORGHETTI

#### JUSTIFICATIVA:

O Instituto Proe é vinculado à Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil, bem como com as Federações Estaduais de Associações Comerciais e com as Associações Comerciais.

O material anexado a este projeto de lei contém histórico da entidade e relatório das atividades.



PROJETO DE LEI Nº 553/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública o Clube de Assistência a Criança de Santa Terezinha de Itaipu, com sede em Santa Terezinha de Itaipu e foro no município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.12.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Clube de Assistência a Criança de Santa Terezinha de Itaipu, sem fins lucrativos, tem por finalidade, promover o desenvolvimento de atividades esportivas à criança, orientando-as através de cursos e palestras educativas sobre alimentação, saúde, e respeito ao próximo.

A documentação anexa ao presente demonstra que a Instituição preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 6.994/78 alterada pela Lei nº 8.589/87 e demais dispositivos aplicáveis à matéria, merecendo portanto o apoio dos nobres Pares desta Casa à sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 554/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Aliança, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.12.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores e Amigos do Jardim Aliança com sede no município de Curitiba, sem fins lucrativos, tem por finalidade, contribuir para o desenvolvimento humano, social, cultural e econômico da comunidade, bem como a realização de cursos de alfabetização e capacitação dos jovens e idosos.

A documentação anexa ao presente demonstra que a Instituição preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 6.994/78 alterada pela Lei nº 8.589/87 e demais dispositivos aplicáveis à matéria, merecendo portanto o apoio dos nobres Pares desta Casa à sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 555/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominada “Domingos Massa” o trecho da Rodovia 466 compreendido entre o Distrito de

São José, município de Jandaia do Sul e o município de Borrazópolis.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.12.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei visa denominar trecho da Rodovia 466 como “Rodovia Domingos Massa”. O trecho se refere a São José, no município de Jandaia do Sul, segue por 7,0 Km até Marumbi e então Kaloré por outros 15,0 Km e, finalmente Borrazópolis (15,0 Km. O homenageado, respeitável cidadão da região buscou em toda a sua vida o desenvolvimento da região. Dar seu nome para indicar a rodovia é uma justa homenagem a todos aqueles que como Sr. Domingos fizeram da simplicidade, da honestidade, da justiça e do trabalho a marca da existência.

PROJETO DE LEI Nº 556/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a proceder a reversão ao patrimônio do município de Janiópolis, do Lote de terras nº 01 da quadra nº 37, do Loteamento Jardim Pinhalzinho, com a área de 450 m, doado ao Estado do Paraná, pela Lei Municipal nº 018, de 21 de maio de 1998, e registrado sob o nº 169.904, no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Mourão.

Art. 2º A área em questão deverá ser utilizada exclusivamente para a instalação do Centro de Convivência do Idoso, retornando ao patrimônio estadual, caso se comprove desvirtuamento em sua utilização, ficando tal imóvel gravado com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.12.06.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de autorizar o Poder Executivo a proceder reversão ao patrimônio do município de Janiópolis, Lote de terras nº 01 da quadra nº 37, do Loteamento Jardim Pinhalzinho, com a área de 450 m, doado ao Estado do Paraná, pela Lei Municipal nº 018, de 21 de maio de 1998, e registrado sob o nº 169.904, no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Mourão.

O referido imóvel foi doado para que o Estado do Paraná construísse um prédio para sediar as dependências da Polícia Militar do Estado (Módulo Policial), destacada para atuar no município de Janiópolis.

Importe frisar que já se passaram mais de sete anos da data da doação e, ainda, não foram iniciadas as construções. Bem como, que já foi construído o referido Módulo Policial em outro imóvel.

O imóvel em questão, após a reversão, será destinado à construção do Centro de Convivência do Idoso, visto que tal construção acarretará inúmeras benesses a essa municipalidade, e toda a região.

Sendo assim, esperamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação do plano de lei em tela.

PROJETO DE LEI Nº 557/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a proceder a reversão ao patrimônio do município de Janiópolis, do Lote de terras nº 02 da quadra nº 37, com a área de 450 m, doado ao Estado do Paraná, pela Lei Municipal nº 018, de 21 de maio de 1998, e registrado sob o nº 169.904, no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Mourão.

Art. 2º A área em questão deverá ser utilizada exclusivamente para a instalação do Centro de Convivência do Idoso, retornando ao patrimônio estadual, caso se comprove desvirtuamento em sua utilização, ficando tal imóvel gravado com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.12.06.

(a) CLEITON KIELSE

#### JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de autorizar o Poder Executivo a proceder reversão ao patrimônio do município de Janiópolis, Lote de terras nº 02 da quadra nº 37, com a área de 450 m, doado ao Estado do Paraná, pela Lei Municipal nº 018, de 21 de maio de 1998, e registrado sob o nº 169.904, no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Mourão.

O referido imóvel foi doado para que o Estado do Paraná construísse um prédio para sediar as dependências da Polícia Militar do Estado (Módulo Policial), destacada para atuar no município de Janiópolis.

Importe frisar que já se passaram mais de sete anos da data da doação e, ainda, não foram iniciadas as construções. Bem como, que já foi construído o referido Módulo Policial em outro imóvel.

O imóvel em questão, após a reversão, será destinado à construção do Centro de Convivência do Idoso, visto que tal construção acarretará inúmeras benesses a essa municipalidade, e toda a região.

Sendo assim, esperamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação do plano de lei em tela.

### *Pequeno Expediente:*

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pequeno Expediente: com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

### *Deputado Barbosa Neto (PDT)*

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós queremos manifestar, na tarde de hoje, o nosso apoio a Promotoria de Investigações Criminais, a PIC do Estado do Paraná, que por uma decisão do Sr. Governador teve que desalojar um imóvel que ocupava há mais de seis anos nesta capital. Nós sabemos que se tratava de uma cortesia que o Governo do Estado do Paraná fazia ao Ministério Público com a cessão deste imóvel para que este órgão do Ministério Público pudesse desempenhar as suas funções nesta capital paranaense.

Portanto creio que isto deveria continuar, já que esta parceria entre o Governo do Estado e o Ministério Público vinha beneficiando a população paranaense que é, na verdade, a quem nós devemos nos reportar porque somos empregados do povo na qualidade de agentes públicos investidos de um mandato, ou mesmo através de concurso público como é o caso dos agentes promotores do Ministério Público do Estado do Paraná. Os excelentes e relevantes serviços prestados até então no combate a criminalidade, a sonegação aos desvios e ao desrespeito a lei são alguns dos itens combatidos pela PIC e que nós entendemos merecem nosso apoio, nosso respeito!

Até acredito que seja, talvez, uma retaliação do Governo do Estado em relação ao trabalho desenvolvido pela PIC principalmente no caso Rasera quando da questão dos grampos que a Justiça está apurando e vamos aguardar uma posição em relação a esses fatos. Mas nós vivemos num Estado democrático de direito, nós entendemos que a independência dos Poderes deve permanecer e este é um dos princípios da nossa democracia. O pronunciamento que eu faço, nesta tarde, é para que a Promotoria de Investigações Criminais mantenha esse compromisso firmado com o povo paranaense em defesa da sociedade, desde que a nova Constituição, de 1988, conferiu amplos poderes ao Ministério Público.

Nós temos que louvar estes verdadeiros agentes da transformação social que são os membros do Ministério Público. Muitos dizem que há excessos mas nós acreditamos que a luz da lei deve ser observada e quando há excessos eles devem ser coibidos mediante os mecanismos que já possuímos, dentro da própria Constituição brasileira, dentro dos institutos e das instâncias que pairam sobre determinados poderes justamente para coibir

os abusos quando eles existem e se são localizados. Isso é realmente o que nós acreditamos.

Nós portanto louvamos aqui e apoiamos o Ministério Público, a Promotoria de Investigações Criminais que altera a nossa realidade social brasileira que já é extremamente injusta para grande parte da nossa população brasileira.

E é neste sentido de tentar corrigir as distorções, de visar a inclusão social, prevalecendo sempre o bem comum que nós acreditamos em instituições livres, independentes mas pautadas, acima de tudo, pelo respeito à lei e o Ministério Público é este amplo instituto que visa defender a nossa população, principalmente aquela que não tem acesso ao Judiciário, aquela que às vezes, não tem a quem recorrer.

É por isso que nós estamos, na tarde de hoje, fazendo este apoio para a Promotoria de Investigações Criminais. Que ela continue sempre nessa linha da correção, da honestidade, da ilibada categoria que é o Ministério Público do Estado do Paraná.

Era o meu manifesto, Sr. Presidente, Hermas Euri-des Brandão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Concedo a palavra ao Deputado Tadeu Veneri.

### ***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, o que me traz à tribuna é a matéria saída ontem, editada ontem no Jornal Gazeta do Povo e que faz a profunda reflexão a respeito dos Poderes no Estado do Paraná, dos gastos do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas. Na Assembleia Legislativa, a informação é que não foram repassadas a tempo e eu falava com o Presidente antes e, me parece, haverá um aparte por conta disso. Eu acredito que é uma etapa e é um compromisso que espero que nós tenhamos de todos os pré-candidatos postulantes à Mesa Diretora e que tenhamos no próximo período, uma transparência desejável por todos os cidadãos do nosso Estado.

Nós sabemos e eu falava isso com o Presidente Herma Brandão, que avançamos muito nesses últimos quatro anos. Avançamos no que diz respeito ao não pagamento das Sessões Extraordinárias, avançamos com as votações sendo abertas, avançamos quando eliminamos a frota que tínhamos na Assembleia Legislativa. Já havíamos tido um avanço quando houve a demissão ou exoneração de cerca de dois mil servidores desta Casa, por não cumprirem aquilo que determina o Ministério Público e a nossa legislação, mas é preciso que nós avancemos mais. Ainda assim nós estamos muito distantes de algumas Assembleias do Brasil todo.

Nós temos um pedido de informações e talvez, dentro de algum tempo tenhamos resposta, mas o que me

traz aqui é fazer uma reflexão sobre o que vem para a frente. O senhor encerra agora o seu mandato e o próximo Presidente, acho, tem que assumir o compromisso de continuarmos nessa caminhada. É preciso que a Assembleia tenha a relação dos seus servidores, o custo dos seus servidores, é preciso que a Assembleia tenha colocado na internet os gastos que são feitos com os Deputados, com os servidores da Casa e queremos que a informatização seja de fato, um método e uma ferramenta a serem utilizados por todos os paranaenses, por todos os brasileiros e que não haja mais, em nenhum momento, dúvidas sobre o quanto o Deputado ganha ou deixa de ganhar.

Acho que todos esses fatos contribuem muito para que nós possamos avançar não só na democracia interna da Assembleia Legislativa, mas principalmente, na transparência com relação aos recursos públicos, que obviamente todos nós acabamos de uma forma ou de outra sendo beneficiados, direta ou indiretamente, somos pagos com recursos públicos.

Sr. Presidente, eu acredito que essa matéria que a Gazeta do Povo trouxe, ontem, eu acredito que haverá desdobramento dessa matéria. Ela é importante porque o Estado do Paraná pouco tem feito esse tipo de debate, de buscar esse debate, mas nós estamos avançando.

Quero deixar registrado, também, hoje vamos fazer a terceira votação de um projeto, e o Líder do Governo Deputado Dobrandino, em nenhum momento colocou qualquer oposição, num projeto do Deputado José Maria e meu, que prevê a regulamentação.

Sr. Presidente, eu usarei o horário da Liderança do PT.

(Assentimento)

### ***Passa a usar o Horário da Liderança do PT***

Que prevê, Deputado José Maria, a regulamentação da Constituição Estadual, para que nós possamos ter as três figuras, que já estão esculpidas na nossa Constituição Federal, nossa Constituição Estadual, do Referendo, do Plebiscito e dos projetos de iniciativa popular, que prevêm como deve ser feita, quem convocará, o custo para quem fica. Isso é um avanço, o Estado do Paraná é um dos poucos Estados que terá regulamentada, essas três figuras. Acredito que estamos no passo certo, certamente, que às vezes, não é possível nós avançarmos na velocidade que gostaríamos. Às vezes há problemas, não só de ordem estrutural, mas também de ordem política, mas nós sabemos que o importante é avançá-los.

Sinto, também aqui, a TV Assembleia e a Rádio Assembleia são dois espaços para que nós possamos fazer em tempo real a comunicação com aqueles que de uma forma ou de outra estiverem envolvidos e interessados em saber quais os debates que estão sendo feitos aqui, como que estão sendo feitos, com quem estão sendo feitos, o Deputado que vem, o Deputado que faz ou não

esse ou aquele projeto, usa ou não a tribuna. Essa vida da Assembléia poderá ser muito melhor acompanhada pela população a medida que nós tivermos esses instrumentos a nossa disposição.

Sinto, também, que essa é uma iniciativa que começou nessa - pelo menos teve um encaminhamento maior, Deputado Scarpellini - nessa gestão que se encerra, nessa Mesa que se encerra agora nesse período.

Ouvi ontem que a TV Câmara hoje faz um debate em alguns Estados para transmitir, não por canal fechado, mas para canal aberto. O seu sistema será transmitido através de sinal da rede aberta. O que possibilita que qualquer cidadão que tenha televisão em casa possa assistir os debates que estão sendo feitos na Câmara Federal.

Nós teremos, claro, muito que caminhar, mas acredito que essa caminhada está sendo feita e espero que tenhamos bons frutos pela frente.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Gostaria de comunicar a V. Exa. e aos demais Parlamentares em relação à notícia da Gazeta do Povo.

Eu não estava aqui, na sexta-feira, quando foi solicitado, mas a nossa assessoria estava e colocou à disposição que à tarde teria todas as informações prestadas. Mas o jornalista questionou que queria naquela hora, naquele momento. Eram nove horas da manhã. Por isso, não foi fornecido então. Mas estão à disposição da imprensa, os valores dos inativos, aqui da Casa, que por sinal é bem maior do que esses que estão na ativa.

**O SR. TADEU VENERI (PT)**

Obrigado Sr. Presidente, eu acho que esse é mais um passo que nós temos, porque como o senhor mesmo disse, se os valores dos servidores estão à disposição, nada impede que nós possamos dar continuidade a esse processo que foi não iniciado agora, mas que teve uma matéria domingo, num importante jornal do nosso Estado, entre outros jornais, que nós certamente teremos oportunidade de fazermos essa continuidade, no que diz respeito à transparência e ao acompanhamento das informações, na Assembléia Legislativa.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Deputado Kielse da Silva.

***Deputado Cleiton Kielse (PMDB)***

**O SR. CLEITON KIELSE**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: estamos vindo a esta tribuna com extrema alegria por alguns momentos que tivemos, há duas semanas atrás, com o Ministro dos Transportes, discutindo o então projeto de incentivo ao esporte do Paraná e do Brasil.

E este projeto, junto com o ex-Secretário Gomide, discutimos numa reunião conjunta com vários Presidentes de Federação, foi transformado num projeto de lei nacional. E nós esperávamos que o modelo fosse, realmente, parecido com o nosso projeto de incentivo que montamos nestes dois anos, dois anos e meio junto com a Federação de Esportes Amador, Olímpico e Paraolímpico. Foram mais de trinta reuniões para chegarmos a um consenso, visualizando que na forma que o ICMS poderia ser canalizado para as federações, instituindo um pacto de renovação dentro dos municípios, independente qual seja o município, se do Paraná, de Nova Aliança do Ivaí a Curitiba, poderíamos ter várias pequenas sedes de incentivo ao esporte no Estado.

Conseguimos, com a ajuda da Assembléia, derrubarmos até um veto do Governador, aqui, centralizamos já no orçamento cerca de dez milhões de reais para o próximo ano e tenho hoje a grata satisfação de ter o nosso projeto, exatamente o nosso projeto, repetido a nível federal. O Ministro até nos mandou uma súmula deste projeto, aonde ao invés de liberarem a via de ICMS - não é possível via governo federal - mas, estão constituindo uma parceria via imposto de renda, pessoa física e pessoa jurídica, podendo não só neste próximo ano já termos cerca de 250 milhões de reais, dinheiro novo na área do ministro que não só brilhantemente tem defendido a área dos esportes, mas com a sabedoria que esperamos que o Governador Roberto Requião tenha, de canalizar parcerias, que nós temos certeza que vai acontecer. Em todos os níveis de esporte. Desde a escola municipal do município que não tenha sequer Secretaria Municipal de Esportes, mas que venha a ter a possibilidade de incentivar estas crianças que nunca tiveram a oportunidade de mostrar o seu talento.

Nestas duas últimas semanas, acompanhamos vários noticiários, de várias emissoras de televisão, mostrando várias e várias etapas que nós perdemos do esporte nacional. Líderes, campeões nacionais que hoje estão trabalhando como pedreiros, como carpinteiros, que estão abandonando o esporte porque não têm a sustentabilidade pessoal e familiar e que poderão ter, via estes três projetos: o nacional, o estadual e os municipais, como temos aqui em Curitiba, para que possamos tirar das ruas milhares e milhares de crianças ociosas, que muitas vezes saem da sala de aula, vão para casa, almoçam e vão para as ruas, sem ter um norte, sem ter uma orientação, sem ter até recursos para treinar, objetivar uma função social que seja também dentro da área esportiva.

Por isso, venho aqui, estou mandando confeccionar um requerimento parabenizando o Ministro dos Esportes, parabenizando o Presidente Lula pela homologação, por ter sancionado este projeto de lei, um projeto de lei extraordinário, que se realmente ele sair do papel com os recursos que estamos esperando, nós não com a sorte do Paraná Clube, como disse meu companheiro Tadeu Veneri, que também parabenizo o nosso Paraná

Clube e o azar do nosso Coxa, o meu Coxa, que está passando por momentos terríveis, talvez um dos piores momentos da sua história, bem próximo dos cem anos do Coxa, nós estamos tendo um conflito como nunca vimos na história! Deputado Marcos Isfer sei que o senhor como bom atleticano também torce pela gente, mas que estará lado a lado se Deus quiser, ano que vem uma outra visão do coxa, a gente tendo a possibilidade de voltar à primeira divisão sem perder os quase quinze milhões que vamos perder esse ano.

E salientando também essa lei que estamos falando a nível nacional, afirmar também que ela não tem a canalização de recursos para o futebol profissional. Ela está direcionada para o esporte olímpico, paraolímpico e esportes amadores.

Claro que o futebol também será incluído, mas a canalização é para o esporte amador. Por isso parabênizo, tenho certeza também que essa Assembléia também parabênizo o Governo Federal por mais essa etapa. Acredito, Deputado Dobrandino, e fiz até um discurso diferentemente do que fiz na campanha afirmando que vejo que o Presidente Lula está acertando e terá condições de fazer um ótimo Governo nesses próximos quatro anos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Antes de passar a palavra, no Pequeno Expediente, ao Deputado Natálio Stica, quero anunciar a presença do Prefeito de São Jorge do Oeste, Odair Cecato e Vereador Valcir Copeli. As boas vindas aos ilustres visitantes.

Com a palavra Deputado Natálio Stica.

## ***Deputado Natálio Stica (PT)***

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

(Lê):

*O Porto de Paranaguá através do projeto “Paranaguá: a fila andou - A utilização da logística portuária como instrumento de transformação” recebeu no último dia 28 de novembro, o VII Prêmio ABML de Logística e este é o motivo que me traz a esta tribuna nesta tarde.*

*O Prêmio da Associação Brasileira de Movimentação e Logística edição 2006 mostra que o Paraná caminha no rumo certo e que por sua vez, nosso porto público cada vez mais é um exemplo a ser seguido.*

*Antes de falar desta premiação é preciso se resgatar a história do Porto.*

*A construção do Porto de Paranaguá começou em 24 de novembro de 1926, e a sua inauguração deu-se em 17 de março de 1935.*

*Em 11 de julho de 1947 foi criado o órgão estadual Administração do Porto de Paranaguá, mais tarde modificado, em 10 de novembro de 1971, para Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina.*

*O Contrato de Concessão iniciado em fevereiro de 1949 e findo em 1992, foi substituído pelo Convênio de*

*Delegação celebrado em 11 de dezembro de 2001, entre o Estado do Paraná e a União. Por força de Convênio, e esta delegação se estenderá por 25 anos, vigorando até 1º de janeiro de 2027. Paranaguá tem o maior Porto do Sul do Brasil, atuando principalmente na exportação de grãos e sendo também utilizado pelo Paraguai para transporte de sua carga alfandegada conforme um tratado com o Brasil.*

*No contexto histórico do Estado do Paraná, o Porto de Paranaguá foi a porta de entrada para os primeiros povoadores do Paraná, e desde a segunda metade do século XVI, o Porto sempre foi o principal exportador da região que mais produz produtos agrícolas do Brasil. Hoje, mais que receber um prêmio, estamos todos nós paranaenses, servindo de exemplo para o país, mostrando que é possível melhorar, mesmo que haja conflito de interesses e que falsas verdades sejam propagadas principalmente por determinados setores com falsas verdades apontando deficiências no setor que já foram sanadas.*

*O aumento da eficiência em Paranaguá acaba por reduzir custos e cada vez mais faz com que este patrimônio de nosso Estado cumpra com seu papel.*

*Até meados de 2004 o Porto de Paranaguá, ficou conhecido principalmente pelas longas filas ao longo da BR-277, o que refletia a falta de interesse, o descaso com este patrimônio instalado na cidade que é o berço da civilização paranaense, a nossa cidade de Paranaguá.*

*Uma série de medidas foi implantada pelo atual Governo, respeitando assim os profissionais que transportam as mercadorias para os terminais, respeito aos moradores da cidade portuária e respeito ao cidadão paranaense.*

*Foram várias as mudanças implantadas pela direção da APPA, entre elas obras que eram esperadas há muitos anos como a pavimentação das vias de acesso ao Porto.*

*Quem não se lembra do cenário dantesco que era transitar nas imediações do porto, quanto se procurava o menor buraco para passar com as rodas dos veículos. Quando a água malcheirosa devido à decomposição de material transportado era derramada e acumulava-se ocasionando a proliferação de insetos na região, causando transtorno aos moradores e aos próprios transportadores de cargas?*

*Além disso, a sensibilidade operacional da Superintendência do Porto de Paranaguá promoveu uma imediata remodelação no pátio de triagem, a readequação do sistema de cargas on-line; o incentivo ao uso do modal ferroviário com descarga de vagões durante a noite; enfim, inúmeras ações com o objetivo de resgatar nosso Porto público como um dos melhores do Brasil.*

*Hoje este reconhecimento chega através de uma premiação nacional, calando a torcida silenciosa de muitas aves de mau agouro que ainda acreditam que quanto pior, melhor.*

*Não serão mais permitidos deslizos como a divulgação de falsas notícias dando conta que fila de caminhões é formada e com isso cargas são encaminhadas para outros portos.*

*Não mais será permitido afirmar que a descarga em Paranaguá é lenta, pois isso seria uma inverdade.*

*Portanto Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cumprimento a todos os funcionários e colaboradores da Superintendência dos Portos de Paranaguá e Antonina pelo brilhante trabalho e pela busca de melhores condições de atendimento a todos que utilizam este espaço que faz parte de nossa história e que gera milhares de empregos.*

*Acredito que em um futuro próximo, estaremos com o porto de Paranaguá atingindo marcas ainda maiores na exportação de mercadorias, como já é registrado no embarque de cereais a granel para os mais distantes pontos do mundo.*

*O VII Prêmio ABML de Logística foi entregue no dia 28 na Câmara Americana de Comércio, em São Paulo.*

Este prêmio, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vem mostrar que o nosso Porto, que a administração do Governo Roberto Requião tem pelo Porto de Paranaguá um interesse muito grande, e que esse Porto continue público e que seja reconhecido o melhor Porto do nosso País, desmistificando as inverdades aqui trazidas nesse Plenário, principalmente antes do que antecedia as eleições. Parabéns a todos os funcionários do Porto de Paranaguá, da administração da APA, que fizeram e fazem do Porto de Paranaguá o Porto Público merecedor de mais esse prêmio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, o Deputado José Domingos Scarpellini.

**Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)**

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós viemos várias vezes à tribuna para criticar o Porto de Paranaguá, as mazelas praticadas naquela administração. Não sabia eu que resolvia os problemas do Porto de Paranaguá com o simples discurso datilografado e trazido a esta Casa por um porta-voz, que não soube na verdade explicar exatamente quais foram as obras e quais foram os grandes ganhos que o Porto teve nesses últimos anos. Portanto, o discurso mal pontuado, com algumas vírgulas trocadas, não serve para a oposição que levou críticas sérias sobre as filas, sobre os abusos e sobre as questões levantadas com relação as grandes perdas que o Paraná teve nesses anos, Deputado Rossoni. Portanto as falsas verdades são as palavras aqui ditas por quem se fez passar por porta-

voz ou representante dos portuários e do Porto de Paranaguá.

O assunto que mais interessa à Oposição, hoje, é o debate que está sendo levado a efeito sobre a Usina Hidrelétrica de Mauá, chamada de Consórcio Cruzeiro do Sul. A construção daquela usina será praticada pela Copel. Está havendo uma discussão com relação à autorização ambiental. Nós vimos o Governo do Estado ter um cuidado muito grande ou não ter cuidado nenhum quando anunciou a suspensão de vinte e tantas pequenas centrais hidrelétricas, que já tinham sua licença provisória dada pelo meio ambiente, e que em uma medida governamental ou em um telefonema tiveram suspensas todas as medidas, provisoriamente dadas, para as pequenas centrais hidrelétricas.

O Consórcio Cruzeiro do Sul, que detém a autorização para a construção da Usina Mauá, está agora num embate, numa discussão que não interessa ao Paraná e à Assembléia Legislativa, da maneira como vem sendo conduzido.

Gostaria de dizer que quando o assunto se trata de direitos humanos e de defesa do consumidor, a minha comissão está presente para se levantar e tratar desse assunto. Gostaria de saber se a Comissão de Obras da Assembléia Legislativa do Paraná não vai se pronunciar sobre essa questão, que é de suma importância para o Paraná e para o povo paranaense. A Assembléia Legislativa não pode ficar vendo essa discussão na televisão, no rádio, nos jornais, sem um pronunciamento.

Deputado Rossoni, nós queremos que as coisas sejam límpidas, claras, transparentes, aliás, esse tem sido o discurso do Governador Roberto Requião também. Nós estamos vendo que o futuro Deputado Luiz Cláudio Romanelli está aí numa briga com um grupo de empresários e ninguém sabe, na verdade, o porquê.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. tem um minuto e poderá usar o horário do seu bloco partidário.

**Passa a usar o Horário do Bloco PP/PSB**

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Usaremos, então.

Estamos vendo vinte e tantas pequenas centrais hidrelétricas, que já poderiam estar gerando energia elétrica, que tiveram...

**O Sr. André Vargas (PT)**

Permite um aparte, Deputado?

(**Assentimento**)

De fato, essa polêmica nós achamos das mais inusitadas. Não se sabe a que interesses estão atendendo, de lado a lado. O que eu vejo, de fato, é uma luta solitária do Deputado Romanelli em relação à Copel ter cedido a esse

grupo do Joel Malucelli, um grupo de empresários que têm competência técnica, imagino. É um questionamento do Deputado Romanelli na Justiça em relação a esse contrato da construção da polêmica Usina de Mauá.

Como V. Exa. questionou, sendo eu Presidente da Comissão de Obras, me sinto na tarefa de analisar e, juntamente com a Comissão, ver se não é o caso de fazermos uma audiência pública.

Está aqui o Deputado Barbosa Neto, queria até convidá-lo, eventualmente, para discutir o assunto, ele que tem questionado a construção dessa usina por questões ambientais. Agora, há um novo questionamento com relação ao contrato.

Então, agradeço a sugestão de V. Exa.

**O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)**

Eu não tenho questionado a questão da usina, mas já levantei várias vezes as questões das pequenas centrais das hidrelétricas que foram projetos executados por pequenos empresários paranaenses, que à época do apagão se lançaram a fazer os projetos, que teve um alto custo em cada projeto daquele, para depois de estar tudo aprovado chegar o governo e cancelar sistematicamente. De uma maneira generalizada, todos.

**O Sr. Barbosa Neto (PDT)**

Permite-me um breve aparte?

**(Assentimento)**

Gostaria de contribuir com o discurso de V. Exa. e também dar crédito ao senhor e ao Deputado Tadeu Veneri, que também discutimos as questões ambientais quando da aprovação, da autorização da construção da Usina de Mauá. Sabemos que na questão ambiental várias etapas foram queimadas, laudos não foram respeitados e agora esta questão técnica de que o consórcio também não estaria apto a realizar obra de tamanha envergadura.

Seria muito interessante que esta Casa pudesse discutir ainda até o final deste mandato, para que possamos trazer luz a estes pontos. Inclusive um requerimento de autoria deste Deputado, do Deputado Tadeu Veneri, do Deputado Neivo Beraldin, convocaram o Secretário do Meio Ambiente Rasca Rodrigues para que esteja aqui. No momento ele está em Lyon junto com o Governador, uma comitiva de Deputados e também de membros do Governo de Estado, também não pode atender a esta nossa solicitação.

O assunto que V. Exa. traz à baila nesta Sessão é extremamente importante e acho que as dúvidas devem ser dirimidas.

**O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)**

Agradeço o aparte.

**O Sr. Marcos Isfer (PPS)**

V. Exa. me concede um aparte ainda neste assunto de Mauá?

**(Assentimento)**

É importante que seja feita essa discussão que V. Exa. propõe, que o Presidente da Comissão de Obras propõe. Vimos a compra da usina, era extremamente necessário, tinha de ser super rápido, ia começar a operar, estamos com problema, inclusive já ouvindo falar que esta empresa poderia ser repassada à Petrobras ou a outra empresa.

É importante que essas discussões sejam feitas claramente. A Copel eternamente é a empresa do povo do Paraná, foi para isso que esta Assembléia lutou, para que esta empresa permanecesse paranaense e é necessário que as coisas sejam muito bem esclarecidas, porque é muito duvidoso o que diz o futuro Deputado Romanelli.

**O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)**

Realmente, é uma coisa que precisa ser esclarecida nesta Assembléia porque tivemos vinte e tantas usinas com o seu meio ambiente...

O Rio Tibagi defendido pelos ecologistas do Paraná, do Brasil. Lembramo-nos muito bem quando foi construída a usina de Itaipu, a barragem, formou-se aquele grande lago que matou as Sete Quedas. Era o Salto de Guairá. Se fosse hoje não seria mais construída aquela hidrelétrica porque o crime ambiental que foi cometido contra a vida e o sistema do planeta, é de uma maneira incalculável e irreversível para todos nós.

Imaginem os senhores o prejuízo que teve com o alagamento daquelas terras férteis, o ecossistema que lá existia, as Sete Quedas morreram e não teve nenhum índio para chorar a sua morte, porque nenhum mais morava

e habitava aquelas plagas, nas beiras e nas margens do Rio Paraná, por onde caminhavam os índios guaranis. Mas tudo isso se passou e, agora, estamos com um outro problema que está querendo passar também, por detrás de uma moita. Queremos saber o que é que tem atrás dessa moita. Queremos ver as coisas claras e limpas, porque essa discussão que está na imprensa paranaense, aí fora, vem trazendo uma série de dúvidas, coisa muito séria, se não levantarmos e discutirmos, aqui.

O Governador Roberto Requião reeleito, por uma estreita margem de votos, teve uma campanha caríssima, usando a máquina administrativa, gastando verdadeiros horrores com a imprensa, com as equipes de trabalho, funcionalismo público colocado à disposição para trabalhar, um exército de cabos eleitorais pago pelo Estado. Mas cansei de ouvir o Governador Roberto Requião dizer que lá dentro do Detran tinha um “marmelo” muito grande. Que lá tinha uma empresa chamada “American Banknote”, que é a empresa que faz, imprime as carteiras de motorista. Essa empresa também tem a especialidade para a impressão de moeda, de dinheiro, para os países do mundo todo. Essa empresa “American Banknote”, que o Governador quando era Senador dizia que vivia fazendo “marmelo” no Detran, pasmem os senhores apareceu na

relação do Tribunal Regional Eleitoral do TRE, como doadora da campanha do candidato Roberto Requião de Mello e Silva. Vejam a quantia que essa empresa que tem esse contrato, que o Governador dizia que era um “marmelo” doou para a candidatura do PMDB: 500 mil reais. “American Banknote” era a empresa combatida pelo Governador.

Temos que trazer isso para o povo do Paraná. Uma eleição caríssima usando a máquina administrativa. Como é que essa empresa que era denunciada pelo, então, Senador Requião, agora vem, o beneficia na campanha em uma doação que está lá registrada. Sabe Deus, se não teve mais alguma doação por fora. Mas essa está lá registrada no caixa um: 500 mil reais.

Quantas outras empresas prestadoras de serviço para o Estado também doaram? Várias. Vamos trazer essa questão ao plenário da Assembléia, porque o uso da máquina foi muito abusivo no Estado do Paraná.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Deputado Elton Welter.

### ***Deputado Elton Carlos Welter (PT)***

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, esta Casa mais uma vez dá um exemplo de grandes debates de temas nacionais que estão acontecendo e vão acontecer, e vão ser consolidados no próximo governo, aqui no Estado o Governador Roberto Requião e do Presidente Lula.

Na manhã de hoje tivemos uma grande audiência pública para tratarmos do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa). Como foi a implementação do SUS (Sistema Único de Saúde), agora será o Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária e os Estados e municípios terão que aderir a esse sistema.

Na manhã de hoje, com muita satisfação, através do Bloco Agropecuário, onde todos se fizeram representados, esteve presente a Deputada Luciana Rafagnin, o Deputado Federal Assis Couto, convocamos todos os companheiros. Eu sei que todos tinham os seus compromissos, mas de lá se encaminhou, caros colegas, membros do Bloco Agropecuário. E o papel desta Casa agora é remeter um pedido para que os Prefeitos do Paraná se manifestem no interesse de aderir a esse Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária. Nós não temos dúvidas de que esse sistema veio para ficar. É um sistema que tem por objetivo criar condições da sanidade animal e vegetal no sentido de nós podermos, à medida que as agroindústrias do interior produzirem com a qualidade e a sanidade adequada, para que essas agroindústrias tenham como comercializar fora dos seus municípios, dentro do seu Estado, dentro do seu País, também no Mundo afora. Já é assim nos países de primeiro mundo e vai ser assim aqui no Brasil, eu não tenho dúvidas.

O Governo do Paraná, nós aqui do Parlamento Paranaense temos a obrigação de darmos o papel, que é o de mediação, os instrumentos no Orçamento do Estado, para que esse sistema seja eficiente e com o controle sanitário adequado para que os produtores que quiserem agroindustrializar algum produto, seja de origem animal ou vegetal, lá no interior, lá nos distritos, possam trabalhar com a atenção e o acompanhamento da sanidade agropecuária devida, de acordo com essas normas gerais. Prefeitos de todo o Estado do Paraná, Prefeitos do País, Governadores, irão aderir a esse Sistema. Eu não tenho dúvidas que é um grande desafio, é um marco para a questão das agroindústrias do interior dos Estados.

Eu tenho convicção absoluta e não foi diferente a conclusão dos fiscais da Secretaria da Agricultura, não foi diferente a conclusão e a visão dos fiscais do Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), do MDA, das pessoas ligadas ao Poder Executivo, federal e estadual. Estava presente na manhã de hoje o Secretário Dr. Newton Ribas, e todos os representantes tanto do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e também do Mapa, todos os órgãos ligados à fiscalização sanitária, à fiscalização da sanidade agropecuária, representantes do Conesa e tantos outros que estavam presentes. Uma discussão muito rica, onde ficou comprometido que o grande desafio o ano que vem, inclusive já nessa votação do nosso orçamento, nós, se pudéssemos, Deputado Marcos Isfer, já incluir recursos um pouco a mais na questão da agricultura ligada à questão da sanidade, aqui, no Orçamento do Estado do Paraná. E o Estado já fará, acredito, o edital sairá ainda este mês de contratação de mais médicos veterinários e também o concurso da Emater e também a ampliação do quadro de funcionários. Espero que uma boa parte desses médicos veterinários sejam para a questão da sanidade agropecuária.

Muito obrigado.

O papel desta Casa ficou, portanto, Sr. Presidente, e nós em conjunto, em remeter uma carta aos Prefeitos do Paraná pedindo para que façam a adesão nos termos da Lei do Suasa.

Muito obrigado.

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Edson Praczyk, no horário do Bloco PTB/PL/PRB.

### ***Liderança do Bloco PTB/PL/PRB: Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)***

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna na tarde de hoje para registrar a minha jornada de lutas, a minha verdadeira via dolorosa ou *via crucis*, no



que diz respeito a um pedido de informações sobre a aquisição de uma área, supostamente destinada a um parque de lazer, em Almirante Tamandaré.

Vou descrever tudo que nós passamos, Sr. Presidente: no dia 30 de novembro de 2005, Sr. Presidente, portanto já fez até aniversário, um ano, nós fizemos um pedido de informações das quais, com muito custo, nos foi respondido com uma infinidade de questões pendentes, quatro para sermos mais específicos. Faltou informação sobre o cronograma para implementação e obras a serem realizadas no Instituto Ambiental do Paraná, responsável pela fiscalização do dito parque; o custo de implantação em relação à adequação da área do parque; os custos para instalação de equipamentos esportivos, recreativos e de lazer; faltou também a informação de quem estaria se utilizando da área atualmente. Foi pedida também a cópia do inventário florestal.

Passado até o prazo regimental para tais informações, as informações foram reformuladas e reenviadas no dia 17 de fevereiro de 2006, já nesse ano, para a Casa Civil. Voltaram novamente incompletas as respostas. Nesse novo pedido de informações que foi reformulado e aprovado no dia 04 de setembro de 2006, faltaram as seguintes informações: xerocópia do inventário florestal, através da Procuradoria Geral do Estado; xerocópia do processo de desapropriação da área bem como os critérios do valor sugerido pela avaliação da Procuradoria-Geral do Estado em relação ao valor do pagamento pela desapropriação. Enfim, até agora, as duras penas, a única coisa que nós conseguimos, Sr. Presidente, isso pelo segundo pedido de informações, foi o valor da desapropriação. Nos foi informado que foram gastos 8 milhões e 600 mil reais para arredondarmos as contas. Eu até peço ajuda ao pastor e professor Ailton Araújo, professor de matemática e ao Deputado Valdir Rossoni que também é professor de matemática, me ajudem a fazer estas contas. O valor para a implementação dos equipamentos do parque de lazer: 1 milhão e 800 mil, quase 1 milhão e 900 mil; e o setor hípico 306 mil reais, totalizando 4 milhões, um pouco mais de 4 milhões e somados ao valor da desapropriação totalizou-se 12 milhões e 600 mil reais, para arredondarmos a conta.

Bom, além desse valor, altíssimo e penso mal aplicado, diga-se de passagem, porque nós temos uma infinidade de parques que precisam da atenção governamental para funcionar e funcionar dignamente, o Parque de Vila Velha, aqui mesmo o Parque São Lourenço e tantos outros parques que faltaria tempo para relacionarmos. Além da crítica do Governo de ter gasto tamanho valor, valor astronômico, eu faço a seguinte solicitação, Sr. Presidente, com base no artigo 55 do nosso Regimento Interno, tendo em vista que ainda faltam informações e me parece que encerraremos esse ano e não teremos as informações entregues a tempo! Eu solicito a V. Exa. Sr. Presidente, que determine à Procuradoria da Casa propor uma ação de crime de responsabilidade contra o Procurador-Geral do Estado do Paraná, tendo em vista que esse

descaso na resposta do pedido de informações, não pode ficar assim, temendo até que vire moda e outros setores do Governo ou outros Secretários se dêem ao luxo de não responder aos pedidos de informação.

Aproveito e questiono V. Exa., com que prazo, depois de aberta essa Ação de Crime de Responsabilidade, que prazo nós temos para termos essas respostas ou a devida punição à Procuradoria Geral do Estado, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Peço alguns minutos para responder a V. Exa. Terá resposta ainda nesta Sessão.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Ok. Sem mais, eu agradeço e deixo registrada a minha indignação, esperando o retorno de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao PDT. Concedo a palavra ao Deputado Barbosa Neto.

### ***Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto***

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Na semana passada, às margens da BR-277, uma verdadeira praça de guerra foi instalada num lamentável episódio ocorrido no Município de Santa Tereza do Oeste, no Oeste do Estado do Paraná. Um confronto entre agricultores sem terra e proprietários de terras, manchou a história da luta pela posse de terra por parte daqueles que ainda não possuem este bem. Cerca de setecentas pessoas se agrediram mutuamente neste confronto que, lamentavelmente, levou para o Brasil inteiro, imagens tristes do Paraná. Nós, como membros da Comissão Especial de Investigação da invasão das fazendas do Oeste do Estado, somos obrigados a usar da palavra nesta tarde, para demonstrar aqui a nossa insatisfação com os rumos tomados pela questão da posse da terra no Estado do Paraná.

Esta Comissão de Investigação é presidida pelo nosso Deputado Elio Rusch. São membros, os Deputados Miltinho Pupio, José Maria Ferreira e Duílio Genari, juntamente com o Deputado Reni Pereira, nós estivemos presentes lá, há cerca de quatro meses e constatamos que a situação é realmente grave e a nossa apreensão em relação a esses fatos, se justifica pelo fato de que também o Governo do Estado não vem exercendo o papel como deveria. Só para que haja ciência dos Deputados e Deputadas desta Casa, existem 67 áreas invadidas, fazendas na sua grande maioria, que não tiveram a reintegração de posse determinada pelo Governo do Estado, já que a Justiça concedeu aos legítimos proprietários, este direito. Essa forma de conduzir a questão da reforma agrária no Estado do Paraná, vem prejudicando não só os sem-terra, mas como os proprietários de terra e todos aqueles que

são diretamente responsáveis por tudo isso. A nossa preocupação é justamente nesse sentido. Esta crise já era anunciada.

Nós estamos elaborando um relatório que será encaminhado nos próximos dias antes do encerramento dos trabalhos desta atual Legislatura e, na condição de relator, nós procuramos ouvir todos os envolvidos nesta questão. Fomos desrespeitados por alguns setores, que não tiveram a dignidade de nos dar as informações necessárias, para que nós pudéssemos elaborar o nosso trabalho. Mas, ele será concluído e apresentado em tempo hábil, nessa Assembléia Legislativa, para que as providências sejam tomadas.

O Movimento Sem-Terra, juntamente, com a sociedade rural do Oeste do Paraná adotaram medidas extremadas, que nós temos que repudiar. Não. Temos que assumir posição de um lado ou de outro, mas este não é o caminho de um país, como o nosso que ainda precisa, realmente, rever a questão agrária, já que infelizmente, ela deixou a desejar. Esse tipo de atitude não é compatível com a posição de magistrado que deveria ter o Governador do Estado com relação a esses fatos. É por isso que nós fazemos esse pronunciamento, na tarde de hoje.

Nós encaminhamos um projeto que está na Comissão de Constituição e Justiça, da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Fomos levados a tomar essa atitude para corrigir uma distorção que é cometida contra os professores do Ensino Superior do Estado do Paraná. Não é possível um professor perceber, ao final de trinta dias de trabalho, um salários de 960 reais. Nós sabemos que esses professores são pós-graduados, professores que são mestres na sua área, que vão formar a mão de obra especializada para cuidar do destino do nosso país. Eles recebem um salário inferior ao policial militar, um salário que hoje é metade que recebe um técnico administrativo de uma Instituição de Ensino Superior.

Por isso, nós fomos obrigados a emendar a lei que hoje desfavorece os mestres das instituições do Ensino Superior do Estado do Paraná. Se nós compararmos, por exemplo, o que ganha um técnico administrativo, para uma mesma jornada de quarenta horas semanais, para o início de carreira, Classe 1, Série C, Nível 1 - este salário de acordo com a Lei Estadual nº 15.050, deste ano de 2006, é de R\$ 1.856,18. Enquanto que o professor recebe para a sua função no Ensino Superior no Paraná, de acordo com a Lei nº 14.825/05, R\$ 960,00, pelas mesmas quarenta horas semanais, também, para um mestre no início de carreira, professor auxiliar, regime de quarenta.

Como admitir essa distorção, são servidores públicos estaduais, que exercem uma atividade no mesmo ambiente, juntamente convive o professor e o técnico administrativo e, não é justo que ele receba, o professor, que tem um curso superior, mestrado, especialização, metade do que recebe um técnico administrativo.

Por isso, nós pedimos aqui a compreensão dos Deputados, porque essa matéria virá à Plenário e nós precisamos ter o apoio daqueles que têm coerência, como

pauta da sua ação, enquanto Parlamentares dessa Casa, para que nós corrigíssemos essa aqui.

Não é apenas uma distorção, mas chega a ser uma aberração. A auto-estima do professor de Ensino Superior da Universidade Estadual de Londrina, de Maringá, Cascavel, Ponta Grossa e das outras faculdades estaduais está arranhada. Não podemos permitir que essa situação de vilipêndio até para com os professores possa permanecer. A necessidade de uma lei alterando esta distorção verificada, ela tente, no sentido de equiparar os salários básicos dessas duas categorias, eliminando as discrepâncias que só vêm fomentar ainda mais a insatisfação, principalmente dos professores que se prepararam, especializaram-se. É importante que essa discussão possa ser levada para que a Assembléia Legislativa se posicione, para que os Deputados Estaduais tenham oportunidade de deixar no final do mandato pelo menos um respeito para esta categoria que vai formar grandes profissionais para o mercado de trabalho e não é justo o professor que vai formar um médico, um jornalista, um dentista, um engenheiro, um agrônomo ou qualquer outra profissão receba 40%, 50% do salário. Que motivação possui um professor para continuar exercendo essa função?

Era esse o meu pronunciamento.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulto as Lideranças: PFL, PSDB, PMDB, Liderança da Oposição, Liderança do Governo.

(**Declinam**)

Antes de entrarmos na Ordem do Dia quero anunciar, a pedido da Deputada Elza Correia, a presença da Vereadora Rosicléia Ceccon, da cidade de Cruzeiro do Oeste.

Nossas boas-vindas!

## ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ratinho Júnior constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2662, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando que seja marcada Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a diminuição do interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Respondendo ao nobre Deputado Pastor Edson Praczyk, quero informá-lo, de acordo com o artigo nº 55 da Constituição Estadual: (Lê: “Pedido de Informações”).

Nós vamos solicitar ao Procurador Geral da Casa que tome as providências necessárias.

### ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***Redação Final***

#### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 726/05, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que cria o Programa Especial de Atendimento para Fins de Renda e Emprego, às mulheres vítimas de violência conjugal. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 726/05  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º Os estabelecimentos de assistência social, ligados ao Poder Executivo, proporcionarão às mulheres vítimas de violência doméstica, programas de geração de emprego e renda.

Art. 2º Fica o Poder Executivo obrigado a atender às mulheres identificadas no artigo 1º desta lei, com as seguintes cotas de prioridades:

I - destacar até 10% (dez por cento) das vagas anuais para cursos de capacitação e qualificação profissional sob sua administração, ou das instituições de treinamento conveniadas;

II - destinar até 10% (dez por cento) dos encaminhamentos mensais para as vagas de empregos formais;

III - dar assistência direta, de treinamento e linhas de créditos, através de consultorias especializadas conveniadas, na montagem de micronegócios.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.11.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

### ***3ª Discussão***

#### **ITEM 02**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 547/03, de autoria dos Deputados José Maria Ferreira e Tadeu Veneri, que regulamenta o artigo 2º da Constituição do Estado do Paraná (soberania popular). PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 601/05. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda. **Aprovada.** Projeto. **Aprovado.**

#### **ITEM 03**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 245/06, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Milton Buabssi. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda. **Aprovada.** Projeto. **Aprovado.**

### ***2ª Discussão***

#### **ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 789/05, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que altera a redação da Lei nº 11.911/97, que assegura transporte gratuito em linhas de transporte intermunicipal, aos portadores de deficiência, quando estiverem se submetendo a processo de reabilitação e/ou capacitação profissional. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 003/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 005/06, que extingue na Polícia Militar do Paraná, o Quadro de Oficiais de Administração e cria na mesma corporação, o Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO AO  
PROJETO DE LEI Nº 003/06

O artigo 2º do Projeto de Lei nº 003/06, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Fica criado, na mesma Corporação, o Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar (QEOPM), constituído, inicialmente, pelos integrantes do extinto Quadro de Oficiais de Administração que optarem para transferência.

§ 1º Aos Oficiais integrados ao QEOPM ficam assegurados os direitos e prerrogativas dos postos que ocupam.

§ 2º Os mesmos direitos e prerrogativas são assegurados aos Oficiais integrantes da corporação que apresentarem o Certificado de conclusão do Curso de Oficial da Administração até a data de 30 de dezembro de 2007.”

Sala das Sessões, em 04.12.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoioamento:

Duílio Genari, Pedro Ivo Ilkiv, Alexandre Curi, André Vargas e 1 ilegível.

**O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.**

**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 310/06, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a permutar imóveis urbanos do IAP, com o município de Cascavel e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 382/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera o artigo 1º da Lei nº 10.619, de 12 de dezembro de 1993, que declarou de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos, com sede e foro na cidade de São Sebastião da Amoreira. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 499/06, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do município de Japira com sede no município de Japira e foro no município de Ibaiti. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 09**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 502/06, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Santa Inês, com sede no município de Santa

Inês, e foro na Comarca de Colorado, Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 10**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 519/06, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação da Comunidade Vida de Guarapuava, com sede e foro no município de Guarapuava, Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 11**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 521/06, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pequenos Agricultores Sete de Setembro, com sede em Porto Barreiro e foro em Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 12**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 526/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural Franciscana, com sede no município de São Miguel do Iguaçu e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 13**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 547/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera o artigo 2º parágrafo 1º da Lei nº 15.290 de 22 de setembro de 2006 - Programa de Revitalização Fiscal das Empresas Paranaenses (Refispar), e adota outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**1ª Discussão**

**ITEM 14**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 318/05, de autoria da Deputada Elza Correia, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Salim Sahão *in memoriam*. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 048/05, de 24/05/05).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 318/05

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria da Deputada Elza Correia, concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Salim Sahão *in memoriam*.

Em sua justificativa, a nobre Deputada relata a importância do Sr. Salim Sahão para o desenvolvimento do Paraná, deixando inúmeras realizações e marcos históricos, justificando a merecida homenagem.

O presente projeto é constitucional, uma vez que não fere dispositivos da Constituição no que diz respeito

à competência legislativa concorrente entre União, Estados e Distrito Federal.

O projeto é legal pois está amparado pela Lei nº 13.115/01, que, em seu artigo 1º, inciso I, determina que:

*Art. 1º O título de cidadão honorário ou de cidadão benemérito será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná e que satisfaça pelo menos um dos requisitos seguintes:*

*I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada.*

Já o artigo 2º caput estabelece:

*Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de cidadão honorário ou cidadão benemérito no Estado do Paraná.*

A nobre Deputada preenche tal requisito, tendo inclusive anexado autorização da Liderança de seu Partido, para a inclusão em sua quota partidária.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, e não havendo óbices de natureza constitucional, regimental e de técnica legislativa, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 20.06.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Solicito ao Deputado Neivo Beraldin que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados para a votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Neivo Beraldin)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

Trinta e oito Deputados SIM; nenhum NÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está **aprovado** em 1ª discussão o Título de Cidadão Honorário, *in memoriam* ao Sr. Salim Sahão.

## ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 781/05, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que concede título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Jonel Chede. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. (Publ. no DA nº 140/05, de 07/12/05, em Projetos de Lei).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 781/05

P A R E C E R :

### Preâmbulo

O presente projeto de lei tem como escopo conceder título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Jonel Chede.

### Fundamentação

Dispõe a Lei nº 13.115 de 14/02/01, a respeito do título de cidadão honorário:

*Art. 1º O título de cidadão honorário ou de cidadão benemérito será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dois dos requisitos seguintes:*

*I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade de natureza pública ou privada;*

*II - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;*

*III - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;*

*IV - ter reputação ilibada ou conduta pessoal e profissional irrepreensíveis;*

*V - ter em sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacionais e da cidadania.*

No mérito, não há impedimento quanto ao regular seguimento do projeto, embora com emenda anexa.

### Conclusão

Assim, somos de parecer favorável, ao Projeto de Lei nº 781/05.

Sala das Comissões, em 20.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
ANTONIO ANIBELLI - Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 781/05

P A R E C E R :

Atendendo o disposto no artigo 137, do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei Ordinária nº 781/05, passando a seu texto a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
ANTONIO ANIBELLI - Relator

Apoiamento:

José Maria Ferreira.

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Deputado Neivo Beraldin que proceda à chamada dos Srs. Deputados para a votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Neivo Beraldin)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

Trinta e oito Deputados SIM, Sr. Presidente; nenhum NÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está **aprovado** em 1ª discussão o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Sr. Joel Chede.

**ITEM 16**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 428/06, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que altera o artigo 3º da Lei nº 14.940, de 15 de dezembro de 2005, que institui o Selo de Qualidade Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 089/06, de 21/08/06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 428/06

**P A R E C E R :****Relatório**

O projeto de lei de iniciativa do ilustre Deputado Alexandre Curi, que propõe alterar o artigo 3º da Lei nº 14.940/05, que institui o Selo de Qualidade Paraná, a fim de incluir outros entes na prestação de serviços de certificação, bem como aumentar a exigência de experiência no ramo de atividade.

Especificamente a modificação proposta altera o verbo **deverá**, seguido do advérbio **obrigatoriamente**, para o verbo **poderá** (A entidade certificadora) **ser pertencente ao terceiro setor**, bem como aumenta de 02 (dois) para 05 (cinco) anos o período mínimo de credenciamento da entidade certificadora junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Governo Federal.

Na justificativa o autor informa que a modificação proposta possibilita a inclusão de outros entes na prestação de serviços de certificação, além de exigir mais experiência no ramo da parte da entidade certificadora.

**Voto do Relator e Fundamentação**

Propor alteração de lei estadual que não seja de iniciativa privativa de outro Poder é uma das prerrogativas do Parlamentar estadual, de modo que a presente proposta, sob o ângulo da iniciativa, não apresenta qualquer óbice, bem como é da competência desta Casa de Leis alterar as leis estaduais.

Também foram observadas as regras de elaboração e alteração de leis, regulado pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, atendendo assim a devida técnica legislativa.

Resta apenas um questionamento, que poderá ser analisado e respondido pelo proponente, posto que afeto a questão de mérito, a aparente contradição entre a justificativa e o texto da lei, pois se o objetivo é a inclusão de outros entes, e isto importar em credenciar **mais que um**, o artigo 1º da lei, e que não sofreu alteração, permanece com a redação de que **“Fica instituído o Selo de Qualidade Paraná, que será concedido por única entidade certificadora...”** A menos que a expressão na justificativa “... o objetivo é a inclusão de outros entes...” expresse a idéia de que a única entidade certificadora possa ter outra natureza jurídica, senão exclusivamente do terceiro setor.

**Conclusão**

Sendo assim, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 428/06, de iniciativa do Deputado Alexandre Curi, quanto à constitucionalidade, legalidade e juridicidade, da iniciativa, que propõe alterar o artigo 3º, da Lei nº 14.940, de 15 de dezembro de 2005, a fim de facultar que a entidade certificadora do Selo Qualidade Paraná deixa de ser obrigatoriamente do terceiro setor, bem como para ampliar o tempo mínimo desta entidade esteja credenciada junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de 02 (dois) para 05 (cinco) anos.

Sala das Comissões, em 23.08.04.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

**ITEM 17**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 447/06, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que altera o item “c” do artigo 3º da Lei nº 15.119 de 2006 (Padrões de acesso às calçadas e vias públicas). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 096/06, de 29.08.06, em Projetos de Lei)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 447/06

**P A R E C E R :****Preâmbulo**

O projeto em análise, tem por finalidade alterar o item “c” do artigo 3º da Lei nº 15.119/06, para que possa alterar o desnível de inclinação de rampas e degraus, regulamentados pela lei supra citada.

**Legitimidade e legalidade**

O processo legislativo, respeitando-se a iniciativa da propositura, concentra-se em Leis Ordinárias e Complementares, e a alteração delas se dá mediante o mesmo ato que a criou, respeitando-se o quórum que votou, e a matéria observada.

Assim a Constituição Estadual assegura que:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Desse modo, a iniciativa para legislar a esse respeito também lhe garante a possibilidade, de por intermédio de outra lei alterar lei anterior, respeitando-se o quórum de votação e a iniciativa da propositura.

A correção de parte da norma existente constitui alteração legislativa, exigindo as mesmas condições para a criação da lei.

Ademais não há questionamentos quanto a competência estadual, legislativa, para dispor acerca da matéria em referência.

**Conclusão**

É diante da constitucionalidade do presente projeto aferida que nosso voto é pela aprovação e regular tramitação.

Sala das Comissões, em 14.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 447/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 447/06, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que tem por objetivo alterar a Lei nº 15.119/06, que dispõe sobre padrões de acesso às calçadas e vias públicas.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a alteração visada irá favorecer a acessibilidade para as pessoas com necessidades especiais, em particular com condições de mobilidade reduzida e usuários de cadeiras de rodas.

Sendo assim esta Comissão, emite seu parecer favorável à Proposição nº 447/06.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.11.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente  
CIDA BORGHETTI - Relatora

**ITEM 18**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 523/06, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que autoriza o Poder Executivo a criar, no município de Reserva, uma Ciretran. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. Aprovado. (Publ. no DA nº 124/06, de 13.11.06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 523/06

P A R E C E R :

**Constitucionalidade e legalidade**

Em relação à constitucionalidade do projeto de lei em tela, no que toca à iniciativa legislativa, não há óbice algum para sua propositura, de acordo com o que determina a Constituição Estadual do Estado do Paraná:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

A Constituição da República dispõe dizendo:

*Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.*

*§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.*

Nesse contexto, o presente projeto apresenta-se adequado para prosperar, não encontrando óbice algum.

Diante do exposto, o projeto coadunou-se com a técnica legislativa, lei de responsabilidade fiscal e demais.

É diante da constitucionalidade do presente projeto que o parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 28.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 523/06

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Antonio Anibelli, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar uma Ciretran no município de Reserva.

A Comissão de Constituição e Justiça, ao analisar a matéria, apresentou parecer favorável, quanto a constitucionalidade e legalidade.

A Comissão de Segurança Pública apresenta, também, parecer favorável, tendo em vista o crescimento do município de Reserva e o aumento da frota de veículos automotores naquela região do Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 28.11.06.

(aa) BARBOSA NETO - Presidente  
JOCELITO CANTO - Relator

**ITEM 19**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 524/06, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que cria a Superintendência Regional DER/PR do Sudoeste do Paraná, com sede em Pato Branco. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 140/05, de 13.11.06, em Projetos de Lei)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 524/06

P A R E C E R :

**Constitucionalidade e legalidade**

Em relação à constitucionalidade do projeto de lei em tela, no que toca à iniciativa legislativa, não há óbice algum para sua propositura, de acordo com o que determina a Constituição Estadual do Estado do Paraná:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral*

de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição da República dispõe dizendo:

*Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.*

*§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.*

Nesse contexto, o presente projeto apresenta-se adequado para prosperar, não encontrando óbice algum.

Diante do exposto, o projeto coadunou-se com a técnica legislativa, lei de responsabilidade fiscal e demais.

É diante da constitucionalidade do presente projeto que o parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 28.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 524/06

#### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 524/06, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que cria a Superintendência Regional DER/PR do Sudoeste do Paraná, com sede em Pato Branco.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, é uma medida importante em que avança para adaptar ao momento histórico, acolhendo as significativas mudanças sociais.

Sendo assim esta Comissão, emite seu parecer favorável à Proposição nº 524/06.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.11.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente  
ELIO RUSCH - Relator

### Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2642, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2643 a 2645, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2646 a 2650; 2653 e 2653-A, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2658 e 2663, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2659 e 2660, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2661, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

### Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 774/05, 211, 262, 274, 298, 300, 337, 354, 360, 361, 400, 416, 454, 516 e 540/06.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 028/06.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para terça-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 142, 485, 636/05 e 309/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 318, 781/05; 264, 428, 447, 523 e 524/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 222, 498, 500, 505, 506, 515, 522, 527 e 535/06.

Levanta-se a Sessão.





## S U M Á R I O

### **DIÁRIO Nº 137**

### **22ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva.....</b>	<b>25</b>
<b>Presenças.....</b>	<b>25</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>25</b>
<b>Expediente:</b>	
Projetos de Lei.....	26
<b>Ordem do Dia:</b>	
Leitura do Expediente .....	27

#### Discussão/Votação

1ª Discussão ..... 28

Discussão Única (Indicação)..... 36

**Encerramento da Sessão ..... 36**

#### **Publicações**

Comissão Executiva

Atos ..... 37

Diretoria Geral

Portarias..... 39

Programa de Demissão Voluntária

Pedido de Adesão ..... 39

### **DIÁRIO Nº 137**

### **22ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

#### **4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**

#### **15ª LEGISLATURA**

#### **ATA DA 22ª SESSÃO**

#### **EXTRAORDINÁRIA**

#### **REALIZADA EM**

**04 DE DEZEMBRO DE 2006**

*(segunda-feira)*

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelo Sr. Deputado Neivo Beraldin e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

#### **Presenças:**

Às dezesseis horas e quinze minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Ângelo Vanhoni, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos

Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, e Waldir Leite (47).

Ausentes os Srs. Deputados: Chico Noroeste, Luiz Accorsi, Mauro Moraes, Miltinho Pupio e Padre Paulo Campos (05).

Em viagem representativa os Srs. Deputados: Hermes Fonseca e Vanderlei Iensen (02).

Em licença médica o Sr. Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária conforme requerimento aprovado de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti.

#### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**Expediente:****Projetos de Lei**

PROJETO DE LEI Nº 558/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Denominar-se-á Trevo Vereador Antônio do Carmo Ribeiro, “Juim”, o trevo da Rodovia PR-444, no entroncamento que dá acesso ao Distrito de São Pedro, no município de Apucarana.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.12.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

**JUSTIFICATIVA:**

O projeto de lei que visa denominar-se o trevo da Rodovia PR-444, no entroncamento que dá acesso ao Distrito de São Pedro de Trevo Vereador Antônio do Carmo Ribeiro, “Juim”, justifica-se pela importância histórica que teve o homenageado para a história política de Apucarana, onde foi Vereador e representante do Distrito de São Pedro, representando com dignidade aquela comunidade.

Por isso, a nossa proposta de denominar-se com o seu nome este trecho referido no projeto de lei da PR-444, no entroncamento que dá acesso ao Distrito de São Pedro, no município de Apucarana.

PROJETO DE LEI Nº 559/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Denominar-se-á Edifício Governador José Richa, o prédio em construção, no Centro Cívico, denominado originariamente de Edifício do Fórum.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.12.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

**JUSTIFICATIVA:**

Desnecessário se torna justificar a importância do homenageado para explicar a motivação do projeto de lei que visa denominar-se o prédio ora em construção, no Centro Cívico, que originalmente se chamou Edifício do Fórum, com a designação de Edifício Governador José Richa, pelo significado histórico e a importância política que teve para o Estado do Paraná, com uma trajetória incontestável e a brilhante carreira política deste estadista que foi o Governador Richa.

Prefeito de Londrina, Deputado Federal, Senador e Governador de Estado, o cidadão José Richa ocupou e honrou os mais altos cargos políticos que um cidadão de

seu Estado pode almejar. Sua trajetória política faz parte da história da democracia brasileira e orgulha a sociedade paranaense.

Homem público dos mais atuantes, esteve sempre na trincheira de luta pela redemocratização no país e contribuiu de forma decisiva para esta conquista do povo brasileiro. Denominar o novo prédio de Edifício Governador José Richa, será uma forma sensata de homenagear *in memoriam* este paranaense ilustre que tanto contribuiu para o avanço político e sócio-econômico do Estado do Paraná.

Por isso, a nossa proposta de denominar-se com o seu nome o referido edifício, com a aprovação do projeto de lei com a denominação Edifício Governador José Richa.

PROJETO DE LEI Nº 560/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Denominar-se-á Rodovia Irineu Sachelli, o trecho da Rodovia PR-532, que liga o município de Apucarana ao Distrito de Guaravera.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.12.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

**JUSTIFICATIVA:**

O projeto de lei que visa denominar-se o trecho da Rodovia PR-532, que liga o município de Apucarana ao Distrito de Guaravera de Rodovia Irineu Sachelli, justifica-se pela importância histórica que teve o homenageado para a região Norte do Estado do Paraná e, sobretudo, as cidades de Apucarana e Cornélio Procopio, onde foi pioneiro e empresário no ramo de couro, destacando-se como liderança da comunidade e exemplar pai de família.

Por isso, a nossa proposta de denominar-se com o seu nome este trecho referido no projeto de lei da PR-532, a Rodovia que liga o município de Apucarana ao Distrito de Guaravera.

PROJETO DE LEI Nº 561/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Denominar-se-á Rodovia Conselheiro Kielse Crisóstomo da Silva, o trecho da Rodovia PR-092, que liga o município de Curitiba ao município de Rio Branco do Sul.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.12.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

**JUSTIFICATIVA:**

O projeto de lei que visa denominar-se o trecho da Rodovia PR-092, que liga o município de Curitiba ao município de Rio Branco do Sul, de Rodovia Kielse Crisóstomo da Silva, justifica-se pela importância histórica que teve o homenageado como Deputado Estadual, por cinco legislaturas nesta egrégia Casa, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Engenheiro Civil formado pela Universidade Federal do Paraná e empreendedor. Casado e pai de quatro filhos, faleceu neste ano.

Por isso, a nossa proposta de denominar-se com o seu nome este trecho referido no projeto de lei da PR-092, a Rodovia que liga o município de Curitiba ao município de Rio Branco do Sul.

PROJETO DE LEI Nº 562/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Denominar-se-á Rodovia Dr. Joaquim Vicente de Castro, o trecho da Rodovia PR-082, compreendido entre o trevo de São João do Ivaí e o município de Fênix.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.12.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

**JUSTIFICATIVA:**

O projeto de lei que visa denominar-se o trecho da Rodovia PR-082, de Rodovia Joaquim Vicente de Castro, justifica-se pela importância histórica que teve o homenageado para o Paraná, notadamente, por sua participação política no norte do Estado.

Engenheiro civil dos mais competentes e pioneiro na área da siderurgia brasileira, foi empresário e morador de várias cidades da região. Dr. Joaquim Vicente de Castro foi o primeiro Prefeito da cidade de Londrina, o que dá a dimensão de sua importância política para a região norte do Estado.

Por isso, a nossa proposta de denominar-se com o seu nome este trecho referido no projeto de lei da PR-082, a Rodovia que liga o município de São João do Ivaí ao município de Fênix.

PROJETO DE LEI Nº 563/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Denominar-se-á Rodovia Miguel Pedro Abib, o trecho da Rodovia PR-153, que liga o município de Irati ao município de Rebouças.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.12.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

**JUSTIFICATIVA:**

O projeto de lei que visa denominar-se o trecho da Rodovia PR-153, que liga o município de Irati ao município de Rebouças, de Rodovia Miguel Pedro Abib, justifica-se pela importância histórica que teve o homenageado como pioneiro na colonização de toda a região de Rio Azul e Rebouças, como imigrante libanês, naturalizado brasileiro, empresário bem sucedido no ramo de comércio, casado com Dona Edwirges Abib, que ali se radicou com a família tendo como filhos Anuar, Ede, Rosemari e Abib Miguel.

Por isso, a nossa proposta de denominar-se com o seu nome este trecho referido no projeto de lei da PR-153, a Rodovia que liga o município de Irati ao município de Rebouças.

PROJETO DE LEI Nº 564/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Denominar-se-á Rodovia Deputado Jorge Amin Maia, o trecho da Rodovia PR-451, compreendido entre a Ponte do Rio Alonso e o entroncamento do Distrito de João Vieira, no município de Faxinal.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.12.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

**JUSTIFICATIVA:**

O projeto de lei que visa denominar-se o trecho da Rodovia PR-451, de Rodovia Deputado Jorge Amin Maia, justifica-se pela importância histórica que teve o homenageado para o Paraná, notadamente, por sua participação política em Apucarana e norte do Estado, como representante que foi do Vale do Ivaí, com mandato nesta Casa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Por isso, a nossa proposta de denominar-se com o seu nome este trecho referido no projeto de lei da PR-451, a Rodovia que liga o município de Faxinal, Distrito de João Vieira, até a Ponte do Rio Ivaí.

**Ordem do Dia:**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

**Leitura do Expediente:**

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 07 (sete) de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini,

constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

## **Discussão/Votação**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### **1ª Discussão**

#### **ITEM 01**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 774/05, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, fica proibida a pesca com uso de arpões nas águas de domínio do território paranaense. COM PARECERES DA CCJ e CAICTM. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CAICTM. **Aprovado. (Publ. no DA nº 140/05, de 07/12/05, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 774/05

P A R E C E R :

#### **Do Projeto**

O Projeto de Lei nº 774/05, apresentado pelo nobre Deputado Luiz Accorsi tem como escopo proibir o uso de arpão na atividade de pesca nos rios paranaense. Tal medida visa, segundo justificativas do autor proteger a peixes grandes que têm como habitat as bacias fluviais no Estado do Paraná.

#### **Da Constitucionalidade e Legitimidade**

Em relação à legislação que dispõe acerca de pesca, os Estados são legítimos para iniciar o processo legislativo. É preceito trazido pela Constituição Federal:

*Art. 24 - Compete à União, ao Estado e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;*

#### **Do Voto**

Sob a ótica da legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei nº 774/05 contém os elementos necessários para sua aprovação e continuidade processual legislativa. Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
RATINHO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA,  
COMÉRCIO, TURISMO E DO MERCOSUL  
PROJETO DE LEI Nº 774/05

P A R E C E R :

O projeto de lei em questão, dispõe sobre a proibição de pesca com o uso de arpões nas águas de domínio do território paranaense.

A Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer favorável à matéria, não encontrando nenhum óbice de natureza legal.

No entanto esta Comissão opina pela devolução do presente projeto de lei ao autor, para que se proceda às alterações necessárias.

Sala das Comissões, em 08.05.06.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente  
WALDIR LEITE - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA,  
COMÉRCIO, TURISMO E DO MERCOSUL  
PROJETO DE LEI Nº 774/05

P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo proibir a pesca com uso de arpão nas águas doces de domínio do território paranaense.

Tal propositura mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Esta Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do Mercosul, chamada a opinar, procedidas as alterações necessárias pelo autor, como opinado pela supracitada Comissão, concluiu pela sua aprovação.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.11.06.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente  
LUIZ NISHIMORI - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA,  
COMÉRCIO, TURISMO E DO MERCOSUL  
SUBSTITUTIVO GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 774/05

Art. 1º Fica proibida a pesca com uso de arpão nas águas doces de domínio do território paranaense.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua publicação, cabendo a ele fixar as penalidades a serem aplicadas em razão do descumprimento desta lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.11.06.

(a) LUIZ ACCORSI

#### **ITEM 02**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 211/06, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que institui o Programa de Fomento à Indústria Audiovisual no Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁ-

VEIS DA CCJ e CAIC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 137/06, de 25/04/06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 211/06

**P A R E C E R :**

**Preâmbulo**

O projeto de lei em tela tem como escopo a instituição de Programa de Fomento à Indústria Audiovisual no âmbito do Paraná, com fins de garantir sua expansão, sustentabilidade e acessibilidade.

**Constitucionalidade e Legalidade**

No que tange a competência administrativa em relação à proteção da cultura, é o que determina a Constituição Federal:

*Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:*

*III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;*

*V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;*

Já em relação à competência legislativa, assim dispõe a Carta Política Federal:

*Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.*

*IX - educação, cultura, ensino e desporto;*

Ainda, no que tange a produção cultural e proteção à cultura no Brasil, a mesma carta Magna se posiciona no seguinte sentido:

*Art. 215. O estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.*

Ainda:

*Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:*

*I - as formas de expressão;*

Quanto à iniciativa legislativa acerca da matéria, esta é legítima, tendo em vista o que dispõe a Constituição Estadual do Paraná, e considerando que não está no rol de matérias de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo:

*Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:*

*XVI - matéria decorrente da competência comum prevista no artigo 23 da Constituição Federal;*

*XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal;*

Não obstante a legítima competência, bem como iniciativa legislativa, é pertinente a observância da Lei de Responsabilidade Fiscal, visto que tal projeto propõe a criação de programa, aparentemente demandando então a disponibilidade de receita para a execução do mesmo.

Nesse sentido, fora oficiado à Secretaria de Estado da Fazenda, bem como à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para que, pudessem informar acerca desse objeto, sendo viável ou não seu prosseguimento. Assim foi constatado, conforme respostas aos Ofícios nºs 40 e 41 de 2006 sendo as informações 125 e 22 ambas do corrente ano, relatando a plena possibilidade de prosseguimento do presente projeto, visto que, o presente projeto não detalha as fontes de receita que custeará suas ações, nem tampouco indica a Secretaria de Estado que ficaria responsável pela execução do programa.

Assim, o presente não traz em seu bojo qualquer vinculação de Receitas Tributárias ao fomento das produções áudio-visuais. Desta forma não há impacto a ser estimado pela Receita Estadual, conforme diz o informativo 22/06 da Secretaria de Estado da Fazenda, Inspetoria Geral de Arrecadação.

**Conclusão**

Tendo em vista os motivos e fundamentos legais expostos, as explanações das Secretarias de Estado solicitadas, alegando a viabilidade do presente projeto, nosso voto é pela aprovação e regular tramitação do projeto que ora se analisa.

Sala das Comissões, em 07.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E  
COMÉRCIO  
PROJETO DE LEI Nº 211/06

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, visa instituir o Programa de Fomento à Indústria Audiovisual.

Chamada esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio a se manifestar, e após obter parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29.11.06.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

**ITEM 03**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 262/06, de autoria

da Deputada Elza Correia, que institui o Dia Estadual de Combate ao Abuso Sexual e à Exploração de Crianças e Adolescentes, a ser comemorado anualmente no dia 18 de maio. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 050/06, de 17/05/06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 262/06

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei de autoria da Deputada Elza Correa, institui o Dia Estadual de Combate ao Abuso Sexual e à Exploração de Crianças e Adolescentes.

É legítima tal proposição, pois a Constituição Federal estabelece, em seu artigo 25, parágrafo 1º, a competência para legislar sobre o assunto, confirmado pelo disposto no artigo 66 da Constituição Estadual.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável ao presente projeto.

Sala das Comissões, em 07.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

**ITEM 04**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 274/06, de autoria do Deputado Ailton Araújo, que dispõe sobre afixação de cartazes em estabelecimentos que vendam bebidas alcoólicas e cigarros no Estado do Paraná e dá outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CAICTM. Aprovado. (Publ. no DA nº 052/06, de 22/05/06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 274/06

**P A R E C E R :**

**Preâmbulo**

O projeto de autoria do Deputado Estadual Ailton Araújo, tem o escopo de criar a obrigatoriedade dos estabelecimentos que vendam bebidas alcoólicas e cigarros, manter afixado em seus interiores e em local visível cartazes com advertência de proibição de venda para menores de 18 (dezoito) anos.

**Legitimidade e Legalidade**

Nossa Carta Magna dispõe em linhas gerais a esse respeito do seguinte modo:

*Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.*

*§ 4º A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará*

*sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior; e, conterá sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso.* (grifos nossos).

Verifica-se aqui, um tratamento diferenciado à veiculação e venda desses produtos, visto os possíveis malefícios causados à saúde. O artigo 65 do ADCT, dispõe que lei posterior regulamentaria esse dispositivo Constitucional, e assim o legislador o fez, mediante a Lei nº 9.294/96.

A Lei nº 9.294/96, dispõe do seguinte modo no que diz respeito ao presente projeto:

*Art. 3º Quanto aos produtos referidos no artigo 2º desta lei, são proibidos:*

*IX - a venda a menores de dezoito anos.*

*Art. 2º É proibido o uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumífero, derivado ou não do tabaco, em recinto coletivo, privado ou público, salvo em área destinada exclusivamente a esse fim, devidamente isolada e com arejamento conveniente.*

Fica clarividente, portanto, a vontade legislativa de assegurar a proibição do uso desses produtos por menores de 18 anos e, por não haver legislação específica a esse respeito no Estado, cabe ao Poder Legislativo regulamentar essas proibições e disposições.

Nesse sentido, o presente projeto encontra-se respaldado pela própria Constituição, onde estabelece que as normas de ordem pública, saúde e interesse de menor, devem ser tratados com prioridade e relevância, visto o grande interesse social.

**Conclusão**

O presente projeto visa estabelecer melhor e maior propagação da proibição já existente, de que os comerciantes não podem vender bebidas alcoólicas nem tampouco cigarros aos menores de idade. Nesse sentido, apresenta-se em conformidade com a regulamentação do artigo 220, parágrafo 4º da CF/88, bem como da lei que regulamenta essa disposição, Lei nº 9.294/96.

Ainda, projeto em análise apresentou-se em perfeita conformidade quanto à técnica legislativa Lei Complementar nº 95/98.

É diante da constitucionalidade do presente projeto aferida que opinamos por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 21.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA,  
COMÉRCIO, TURISMO E DO MERCOSUL  
PROJETO DE LEI Nº 274/06

**P A R E C E R :**

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Ailton Araújo, tem por objetivo dispor sobre afixação de cartazes em estabelecimentos que vendam bebidas alcoó-

licas e cigarros no Estado do Paraná e dá outras providências.

Tal propositura mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Esta Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do Mercosul, chamada a opinar, conclui que o projeto atende os interesses da comunidade.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.11.06.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente

LUIZ NISHIMORI - Relator

## ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 298/06, de autoria do Deputado Rafael Greca, que dispõe sobre a proibição do uso de telefones celulares e outras espécies de comunicações por ondas no interior dos estabelecimentos prisionais do Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e SP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 059/06, de 29/05/06, em Projetos de Lei).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 298/06

#### P A R E C E R :

##### Relatório

O projeto de lei acima epigrafado de autoria do Deputado Rafael Greca, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelo Pares desta Casa, e tem como proposta dispor sobre a proibição do uso de telefones celulares e outras espécies de comunicadores por ondas no interior dos estabelecimentos prisionais do Estado do Paraná e dá outras providências

##### Da Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Deputado Rafael Greca, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

##### Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei na forma do substitutivo geral.

Sala das Comissões, em 28.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 298/06

Art. 1º Fica proibido o uso de aparelhos de telefonia celular ou outros que utilizem comunicação ou trans-

missão de dados por meio de propagação de ondas eletromagnéticas, tais como pagers, bip's, aparelhos de radiochamadas e walk-talks no interior dos estabelecimentos prisionais do Estado do Paraná.

§ 1º Esta proibição não se aplica a policiais civis e militares, bem como a servidores lotados nos respectivos estabelecimentos prisionais.

§ 2º Para fins desta lei, equiparam-se a estabelecimentos prisionais as delegacias, os manicômios judiciais, os centros de recolhimento provisório e os destinados à ressocialização de menores.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 298/06

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Rafael Greca, tem por objetivo proibir o uso de telefones celulares e outras espécies de comunicadores por ondas no interior dos estabelecimentos prisionais do Estado do Paraná.

A Comissão de Constituição e Justiça, ao analisar a matéria, apresentou parecer favorável, quanto a constitucionalidade e legalidade, na forma de substitutivo geral.

A Comissão de Segurança Pública apresenta, também, parecer favorável, tendo em vista a segurança da população paranaense, que será beneficiada com a referida proibição.

Sala das Comissões, em 28.11.06.

(aa) BARBOSA NETO - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

## ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 300/06, de autoria da Deputada Elza Correia, fica instituído, em caráter permanente, no Calendário Oficial de Políticas Públicas e Cultura, o Programa Paraná Fazendo Arte, da Secretaria de Estado da Cultura. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 059/06, de 29/05/06, em Projetos de Lei).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 300/06

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria da Deputada Elza Correia, fica instituído, em caráter permanente, no Calendário Oficial de Políticas Públicas de Cultura, o Programa Paraná Fazendo Arte, da Secretaria de Estado da Cultura.

É legítima tal proposição, pois a Constituição Federal estabelece, em seu artigo 25, parágrafo 1º, a competência para legislar sobre o assunto, confirmado pelo disposto no artigo 66 da Constituição Estadual.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável ao presente projeto.

Sala das Comissões, em 28.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

#### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 337/06, de autoria da Deputada Elza Correia, que dispõe sobre a proteção da saúde dos consumidores nos estabelecimentos comerciais que ofertam locação e respectivo acesso a jogos de computador em rede local, conhecidos como Lan House - Local Área Network, e seus correlatos, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CAIC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 072/06, de 19/06/06, em Projetos de Lei).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 337/06

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria da Deputada Elza Correia, dispõe sobre a proteção da saúde dos consumidores nos estabelecimentos comerciais que ofertam locação e respectivo acesso a jogos de computador em rede local, conhecidos como Lan House - Local Área Network, e seus correlatos, e dá outras providências.

É legítima tal proposição, pois a Constituição Federal estabelece, em seu artigo 24, a competência para legislar sobre o assunto.

*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*XVI - proteção à infância e à juventude;*

Regulamentando tal disposição, é o que dita a Lei nº 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seus artigos 5º, 17 e 18, legitimando o presente projeto de lei.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável ao presente projeto.

Sala das Comissões, em 28.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO PROJETO DE LEI Nº 337/06

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da Sra. Deputada Elza Correia, dispõe sobre a proteção da saúde dos

consumidores nos estabelecimentos comerciais que ofertam jogos de computador em rede local.

Chamada esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio a se manifestar, e após obter parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29.11.06.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 354/06, de autoria do Deputado Elio Rusch, que institui no Calendário Oficial de Eventos do Estado a Festa do 1º de Maio - Dia do Trabalhador, realizada pelo Seminário São José Operário, no município de Cascavel. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 073/06, de 20/06/06, em Projetos de Lei).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 354/06

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Elio Rusch, institui no Calendário Oficial de Eventos do Estado a Festa do 1º de Maio - Dia do Trabalhador, de Cascavel.

É legítima tal proposição, pois a Constituição Federal estabelece, em seu artigo 25, parágrafo 1º, a competência para legislar sobre o assunto, confirmado pelo disposto no artigo 66 da Constituição Estadual.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável ao presente projeto.

Sala das Comissões, em 28.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

#### ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 360/06, de autoria da Deputada Elza Correia, que revoga a Lei nº 13.865, de 07 de novembro de 2002. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 074/06, de 21/06/06, em Projetos de Lei).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 360/06

##### P A R E C E R :

##### Histórico

O Projeto de Lei nº 360/06, de autoria da Deputada Elza Correia, revoga a Lei nº 13.865, de 07.11.02.

##### Fundamentação

O projeto não apresenta óbices de natureza legal ou constitucional e visa a revogação da Lei nº 13.865, de



07 de novembro de 2002, que denominou de Professor Carlos Augusto Mungo Genez, o Centro de Educação Profissional de Londrina.

Todavia, o local já possuía denominação de Maria do Rosário Castaldi, segundo informação técnica 10/05 da Secretaria de Estado de Educação, pelo que a nova denominação feriu o disposto na Lei nº 8761, de 29 de abril de 1988, que veda a alteração de nomes como no caso em tela.

#### **Da Conclusão**

Pelo exposto, opino favoravelmente pela regular tramitação do projeto.

Sala das Comissões, em 21.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

### **ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 361/06, de autoria do Deputado Francisco Bühner, que reconhece o Rodeio Crioulo como evento esportivo cultural oficial no Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CAIC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 074/06, de 21/06/06, em Projetos de Lei).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 361/06

#### **P A R E C E R :**

##### **Preâmbulo**

O projeto de autoria do Deputado Estadual Francisco Bühner, tem o objetivo de oficializar os eventos de Rodeio Crioulo, como sendo eventos esportivos culturais oficiais no Estado do Paraná.

##### **Legitimidade e Legalidade**

A valorização da cultura local, regional, o seu reconhecimento são obrigações do Estado. O legislador deixou bem claro, explícito que toda manifestação cultural deve ser reconhecidamente tratada, de forma a sustentar sua promoção e valorização.

Hodiernamente as manifestações culturais se fundem em razão da mobilidade com que se deslocam, com a rapidez da propagação de informações e de todos os meios de manifestações culturais, há uma perda da origem ou identidade cultural, tornando-se cada vez mais difícil identificar a origem de segmentos culturais. A grande mistura cultural não pode deixar de especificar, valorizar e apoiar a identidade regional cultural. E nesse sentido, o Rodeio Crioulo apresenta-se como manifestação cultural de identidade regional do Sul do País, fazendo-se por merecer tratamento especial.

O Legislador Estadual garante constitucionalmente a valorização das manifestações culturais dizendo:

*Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos estadual e municipal, com a participação de todos os*

*segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa.*

*Parágrafo único. Fica assegurada pelo Estado a liberdade de expressão, criação e produção no campo artístico e cultural e garantidos, nos limites de sua competência, o acesso aos espaços de difusão e o direito à fruição dos bens culturais.*

*Art. 191. Os bens materiais e imateriais referentes às características da cultura, no Paraná, constituem patrimônio comum que deverá ser preservado através do Estado, com a cooperação da comunidade.*

*Parágrafo único. Cabe ao Poder Público manter, a nível estadual e municipal, órgão ou serviço de gestão, preservação e pesquisa relativo ao patrimônio cultural paranaense, através da comunidade ou em seu nome.*

Verifica-se então, a preocupação legislativa com a valorização da cultura local regional, garantindo-se tratamento especial. Enquadra-se aqui o Rodeio Crioulo, conforme a vontade popular expressa mediante seu legítimo representante nessa Casa.

#### **Conclusão**

Ainda, projeto em análise apresentou-se em perfeita conformidade quanto à técnica legislativa Lei Complementar nº 95/98.

É diante da constitucionalidade do presente projeto aferida que opinamos por sua aprovação, e posterior inclusão da sugerida data no calendário festivo do Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 21.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO PROJETO DE LEI Nº 361/06

#### **P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Francisco Bühner, dispõe sobre o reconhecimento do Rodeio Crioulo como evento esportivo cultural.

Chamada esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio a se manifestar, e após obter parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29.11.06.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente

DÚLIO GENARI - Relator

### **ITEM 11**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 400/06, de autoria do Deputado Ailton Araújo, que torna obrigatória, no âmbito do Estado do Paraná, a disponibilidade de cadeiras de rodas para deficientes físicos e idosos nas agências bancárias. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CAICTM. **Aprovado. (Publ. no DA nº 085/06, de 14/08/06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 400/06

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei tem como objetivo dispor acerca da obrigatoriedade das agências bancárias disponibilizarem cadeiras de rodas para o uso dos idosos e deficientes físicos, no âmbito do Estado do Paraná.

**Legitimidade**

A legitimidade para legislar quanto à presente matéria encontra-se definida na Constituição Federal, conforme se pode depreender abaixo:

*Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:*

(...)

*II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;*  
(...)

*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

(...)

*XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.*

(...)

(grifos nossos)

Pode-se constatar que se trata de matéria de competência concorrente da União e dos Estados.

É, portanto, competência concorrente do Estado legislar sobre normas que protejam a integridade física das pessoas, através de medidas de segurança, proteção e comodidade da população que utiliza os serviços bancários.

**Fundamentação**

A proteção dos direitos e garantias individuais dos portadores de deficiências e também dos idosos é estabelecida pelo texto constitucional.

O projeto em análise, ao tutelar esse interesse constitucional, vai ao encontro da efetivação de princípios norteadores do ordenamento jurídico nacional.

As pessoas portadoras de deficiência e os idosos têm direito ao atendimento prioritário e aos mesmos direitos e liberdades individuais de todos os cidadãos, inclusive o direito de não serem submetidas à discriminação com base na idade ou deficiência, princípio que emana da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano.

O atual sistema bancário não suporta o atendimento imediato de todos os seus clientes, e quem mais sofre com essa demora são os idosos e deficientes físicos que, por muitas vezes, necessitam de cuidados especiais e de pessoas que os acompanhem nesses estabelecimentos. A disponibilidade de cadeiras de rodas para os idosos e deficientes é essencial para que possam conviver em igualdade de condições, com melhor qualidade de vida e

com a facilidade de se locomoverem sem a necessidade de outrem.

**Constitucionalidade**

O projeto de lei sob análise está em conformidade com a boa técnica legislativa e não encontra óbice em relação a seu mérito e tampouco à legitimidade para legislar sobre a matéria que dispõe.

Ante o exposto, o parecer é pela aprovação do Projeto de Lei nº 400/06.

Sala das Comissões, em 21.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA,  
COMÉRCIO, TURISMO E DO MERCOSUL  
PROJETO DE LEI Nº 400/06

P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Ailton Araújo, tem por objetivo tornar obrigatória, no âmbito do Estado do Paraná, a disponibilidade de cadeiras de rodas para deficientes físicos e idosos nas agências bancárias.

Tal propositura mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Esta Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do Mercosul, chamada a opinar, conclui que o projeto atende os interesses da comunidade.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.11.06.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente

LUIZ NISHIMORI - Relator

**ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 416/06, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada que liga o município de Cantagalo ao entroncamento do município de Goioxim. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 085/06, de 14.08.06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 416/06

P A R E C E R :

**Do Projeto de Lei**

De autoria do Deputado Vanderlei Iensen, o Projeto de Lei nº 416/06 visa autorizar o Poder Executivo a estadualizar a estrada que liga o município de Cantagalo ao entroncamento do município de Goioxim. Em sua justificativa o autor afirma que “a conservação pelo DER - Departamento de Estradas de Rodagem destes 23 km de extensão, aliviará os gastos municipais cujos

recursos estão aquém do ônus gerado para sua manutenção.”

#### **Do Voto**

Sob o prisma desta Comissão, não se percebe óbices legais para sua tramitação Voto pela aprovação.

Sala das Comissões, em 29.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

#### **COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 416/06**

#### **P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 416/06 de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada que liga o município de Cantagalo ao entroncamento do município de Goioxim.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar a Comissão de Obras Públicas encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, medida importante que irá melhorar o escoamento da produção beneficiando a muitos municípios.

Sendo assim esta Comissão, emite seu parecer favorável à Proposição nº 416/06.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.11.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

#### **ITEM 13**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 454/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que autoriza a doação de imóveis à Federação das Associações de Bairros de Maringá. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 098/06, de 04.09.06, em Projetos de Lei).**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 454/06**

#### **P A R E C E R :**

##### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei tem por fim autorizar o Poder Executivo a doar o imóvel constituído pelas datas de terras nº 141, com área de 6.952,03m ,no Jardim Alvorada, município de Maringá, para a construção de salão comunitário, instalação de campo de futebol, piscina e equipamentos de lazer para os bairros do município de Maringá. O imóvel deverá destinar-se exclusivamente a prestação de serviços a comunidade, retornando ao patrimônio do Estado, caso seja comprovado destino diverso.

##### **Fundamentação e Constitucionalidade**

Com relação ao assunto, a Constituição Estadual determina mais especificamente, em seu artigo 10:

*Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

O projeto está em pleno acordo com tal disposição constitucional, visto que se trata de projeto de lei que faz doação de imóvel do Estado a uma pessoa jurídica de direito público interno: o município de Maringá.

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procuradoria-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Em relação à elaboração e redação deste projeto atentamos que o mesmo encontra-se em conformidade com a Lei Complementar nº 95/98.

#### **Conclusão**

Em sede de parecer, concluímos que o Projeto de Lei nº 454/06, quanto à legalidade e constitucionalidade não possui impedimento ao seguimento do mesmo.

Sala das Comissões, em 21.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

#### **COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 454/06**

#### **P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 454/06 de autoria da Deputada Cida Borghetti, que autoriza a doação de imóvel à Federação das Associações de Bairros de Maringá

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar a Comissão de Obras Públicas encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, a proposta visa criar centro de referência para bairros, com área de reuniões, área de lazer e prática esportiva, oferecendo diretrizes para que as crianças não fiquem nas ruas e cursos para as mães e pais que necessitem de capacitação profissional.

Sendo assim esta Comissão, emite seu parecer favorável à Proposição nº 454/06.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.11.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

#### **ITEM 14**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 516/06, de autoria do Deputado Rafael Greca, que institui o reconhecimento

de Utilidade Pública Estadual a Associação Assistencial Amélie Boudet - segundo os critérios que determina, e dá outras providências, com sede e foro em Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 121/06, de 06.11.06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 516/06

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Rafael Greca, institui o reconhecimento de Utilidade Pública Estadual a Associação Assistencial Amélie Boudet - segundo os critérios que determina, e dá outras providências, com sede e foro em Curitiba.

**Fundamentação**

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação, porém ao analisarmos a Lei Complementar 95/98 que dispõe sobre a redação e elaboração de leis verificamos que o referido projeto está em desconpasso com o artigo 9º que prevê:

*Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.*

**Conclusão**

Assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA MODIFICATIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 516/06

Conforme o disposto no artigo 137, do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o artigo 2º do Projeto de Lei nº 516/06, passando o seu texto a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.”

Assim somos de parecer favorável, na forma da emenda.

Sala das Comissões, em 14.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 15**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 540/06, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Casa Antônio Frederico Ozanam, com sede e foro no município e comarca de Paranaíba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM REGIME DE URGÊN-

CIA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 128/06, de 21.11.06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 540/06

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, declara de Utilidade Pública a Casa Antônio Frederico Ozanam, com sede e foro no município de Paranaíba.

**Fundamentação**

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**Discussão Única (Indicação)**

**ITEM 16**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 028/06, de autoria do Deputado Francisco Bühner, sugere a instalação de telefonia fixa para os moradores da localidade Colônia Gamelas, Roseira de Campo Largo e Campestre, município de São José dos Pinhais. **Aprovado. (Publ. no DA nº 133/06, de 28.11.06, em Indicações).**

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Sr. Presidente?

(Assentimento)

Apenas para registrar que protocolamos um requerimento de voto de louvor, de regozijo para o londrinense Giba, que é paranaense, que foi eleito o melhor jogador do mundial de vôlei, realizado no Japão.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrado nos Anais desta Casa.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Deputado Barbosa, eu queria pedir autorização para assinar junto com V. Exa., se V. Exa. permitir.

(Assentimento)

Obrigada.

**Encerramento da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para

terça-feira, dia 05, logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 547/03 e 245/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 774/05, 211, 262, 274, 298, 300, 337, 354, 360, 361, 400, 416, 454, 516 e 540/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 517, 518 e 529/06.

Levanta-se a Sessão.

### Publicações:

### Comissão Executiva

#### Atos

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1010/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1837, datado de 15 de março de 2006, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder a WALTER KRAFT, matrícula nº 40556, funcionário da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, lotado na Coordenadoria de Expediente e Arquivo, Setor de Arquivo, nos termos da Lei Estadual nº 10.692, de 27 de dezembro de 1993, gratificação de insalubridade no percentual de 10% de seu vencimento básico, conforme Laudo Médico 033/06 em apenso.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 14.11.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1011/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6708/06, de 04 de maio de 2006, deste Poder,

#### R E S O L V E :

retificar o Ato da Comissão Executiva nº 468/06, publicado no Diário da Assembléia, que passarÁ a constar nos seguintes termos:

conceder aposentadoria compulsória, a MARINA DA CONCEIÇÃO VIDAL SOLDA, matrícula nº 40290, a partir de 24 de junho de 2005, data em que completou 70 anos de idade, ocupante do cargo de Técnico Administrativo nível NTB-03, do Quadro de Pessoal desta Assembléia Legislativa, no cargo que ocupa conforme Resoluções 007/04 e 009/05 e pelas regras estabelecidas no artigo 40, inciso II, parágrafo 1º da Constituição Federal combinado com o artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 41/03, com proventos mensais e proporcionais ao seu tempo de contribuição, acrescidos de 04 adicionais assegurados pelo artigo 170 e parágrafo único, da Lei nº 6.174/70, o cálculo dos proventos a serem percebidos será pela totalidade da remuneração de seu cargo, sobre os quais houve contribuição previdenciária, reajustado de acordo com o reajuste do servidor ativo (paridade). Resultando dessa forma, em cálculo de fls. 13, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, desta Casa.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 22.11.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1012/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 446, datado de 31 de janeiro de 2006, deste Poder,

#### R E S O L V E :

determinar, à Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto de Imposto de Renda na fonte dos proventos de NILTON LUIZ IMTHOM BUENO, matrícula nº 166, funcionário inativo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, no do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-06, de acordo com o inciso XXXIII do artigo 39, do Decreto Federal nº 3000/99, combinado com o inciso XII do artigo 5º da Instrução Normativa - SRF nº 15/01 e levando-se em conta o Laudo Médico 074/06, de 08 de novembro de 2006.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 22.11.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1013/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8435/03, de 15 de outubro de 2003, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder aposentadoria, a pedido, a JOÃO CARLOS MACHADO, matrícula nº 40653, portador do RG nº

1.506.977-PR, e do CPF nº 088.365.749-04, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Motorista, nível NBA-01, lotado no Gabinete da 2ª Secretaria, nos termos do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/03, com proventos mensais e integrais de seu cargo, calculados conforme a Resolução nº 007/04, autorizada pela Lei nº 13.950/02, acrescidos de quatro (04) adicionais, de acordo com o artigo 170 e parágrafo único, da Lei nº 6.174/70, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 15, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, desta Casa.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 22.11.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente  
NEREU MOURA - 1º Secretário  
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1015/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7054/06, de 24 de agosto de 2006, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder aposentadoria, a HILDA GARCIA MALOSTE, matrícula nº 40343, funcionária deste Poder Legislativo, ocupante do cargo de Telefonista NBA-03, no cargo que ocupa, com proventos mensais e integrais de acordo com as Resoluções nº 007/04, e 009/05, acrescidos de quatro (04) adicionais, conforme dispõe o artigo 170, da Lei nº 6.174/70. O cálculo dos proventos a serem percebidos, será pela totalidade da remuneração do servidor no cargo em que se der a aposentadoria e serão reajustados na mesma proporção e na mesma data que os servidores da ativa conforme dispõe o artigo 2º da Emenda Constitucional nº 47/05 (paridade). Resultando em proventos de inatividade conforme cálculos, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, desta Casa, fls. 15.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 22.11.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente  
NEREU MOURA - 1º Secretário  
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1016/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3571, datado de 04 de maio de 2006, deste Poder,

#### R E S O L V E :

retificar o Ato da Comissão Executiva nº 466/06, publicado no Diário da Assembléia, às fls. 37, que passará a constar nos seguintes termos:

conceder aposentadoria compulsória, a NILSA PEREIRA DA SILVA, a partir de 18 de abril de 2006, data em que completou 70 anos de idade, matrícula nº 40906, funcionária desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, nível NBA-01, conforme dispõe as Resoluções 007/04 e 009/05 e de acordo com o artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98, combinado com o artigo 3º da Emenda Constitucional nº 41/03, acrescidos de três (03) adicionais, assegurados pelo artigo 170 e parágrafo único, da Lei nº 6.174/70, sendo os proventos calculados proporcionalmente pela totalidade da remuneração do cargo e os reajustes serão de acordo com o reajuste do servidor ativo (paridade). Resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 15, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, desta Casa.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 22.11.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente  
NEREU MOURA - 1º Secretário  
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1017/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 363, (Processo nº 3.182/2.004-TCE), de 23 de janeiro de 2003, deste Poder Legislativo,

#### R E S O L V E :

revogar os Atos da Comissão Executiva nºs 059/03 e 345/03, que concedeu e ratificou, respectivamente, o Ato de Aposentadoria da servidora OLGA POPOVITCH, ocupante do cargo de Procuradora NU-1, 3ª Classe, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 22.11.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente  
NEREU MOURA - 1º Secretário  
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1018/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3.081/05, (Processo nº 36.838-0/05-TCE), de 02 de maio de 2005, deste Poder Legislativo,

#### R E S O L V E :

revogar o Ato da Comissão Executiva nº 280/05, que concedeu aposentadoria ao servidor HILTON RONALD ALICE, matrícula nº 44, portador da Carteira de Identidade/RG nº 319.234/PR e do CPF/MF nº 003.100.939-53, com inscrição na OAB, Seção do Paraná, sob nº 4.926, ocupante do cargo de Procurador NU-1, 3ª Classe, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia

**Legislativa.**

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 22.11.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1020/06**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6340/06, de 27 de julho de 2006, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder aposentadoria, a MARIA VIEIRA DE MOURA, matrícula nº 40371, funcionária deste Poder Legislativo, ocupante do cargo de Servente, nível NBA-03, aposentadoria de acordo com as regras estabelecidas no artigo 40 da Constituição Federal, com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03, com proventos mensais e proporcionais ao cargo que ocupa, conforme Resoluções nºs 007/04, e 009/05, acrescidos de quatro (04) adicionais, conforme dispõe o artigo 170, da Lei nº 6.174/70. O cálculo dos proventos será pela média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições da servidora, correspondente a 80% de todo o período contributivo desde a competência 07/94 ou desde o início da contribuição. Os proventos de aposentadoria serão reajustados para preservar-lhe, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em Lei (sem paridade com o servidor em atividade). Resultando assim, em cálculos de inatividade da Coordenação de Relações Trabalhistas, fls. 22.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 27.11.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

***Diretoria Geral******Portarias*****PORTARIA Nº 120/06**

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3571/06, de 04 de maio de 2006, deste Poder,

**R E S O L V E :**

mandar averbar na ficha funcional de NILSA PEREIRA DA SILVA, matrícula nº 40.906, funcionária desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, nível NBA-01,

para efeito de aposentadoria nos termos do parágrafo 9º, do artigo 201 da Constituição Federal e artigo 25 da Constituição Estadual, o tempo de 05 meses e 11 dias, ora contado, conforme Certidão de Tempo de Contribuição do INSS, em anexo, em que trabalhou no Hotel Carimã Ltda., no período de 01.11.1976, no Hotel Trevo de Cascavel Ltda., no período de 01.09.1977 a 14.09.1977, para Dinah Siqueira Cruz no período de 01.08.1989 a 27.09.1989.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23.11.2006.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

**PORTARIA Nº 121/06**

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7054/06, de 24 de agosto de 2006, deste Poder,

**R E S O L V E :**

mandar anotar, na ficha funcional de HILDA GARCIA MALOSTE, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, sob matrícula nº 40.343, ocupante do cargo de Telefonista NBA-03, para efeito de aposentadoria conforme assegura o parágrafo 9º, do artigo 201, da Constituição Federal o tempo de 10 meses e 19 dias, já descontado o tempo em paralelo com este Poder Público, conforme Certidão do INSS em anexo, referentes aos seguinte períodos de tempo em que trabalhou: no Supermercado Pão de Açúcar S/A, no período de 21.03.1974 a 21.01.1976; na Metropolitana Limpeza e Conservação Ltda de 11.04.1977 a 09.01.1978; na Cruzeiro do Sul Limpeza e Conservação Ltda., de 10.01.1978 a 27.04.1979; na Aurora Serviços Sociedade Civil de 29.05.1979 a 31.08.1981; na Coimbra Conservadora de Imóveis BR Ltda., de 25.10.1971 a 01.09.1973; na Orbran Org. e Brambila Ltda., de 30.10.1973 a 19.03.1974; na Aurora Serviços Sociedade Civil de 01.09.1981 a 01.06.1984.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23.11.2006.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

***Programa de Demissão Voluntária******Pedido de Adesão*****PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA  
PEDIDO DE ADESÃO**

MALVINA VAENA, matrícula nº 40524, endereço: Rua dos Pinheiros, 114; bairro: Jardim Ipanema, cidade de Almirante Tamandaré; CEP: 83507-580 - PR.

Remuneração mensal estimada em R\$ 2.198,21; CPF: 394.247.909-53; telefone: 3657-4987; lotação: Telefonia; data de nascimento: 11.03.47.

Solicito ao Sr. Dr. Abib Miguel, mui digno Diretor Geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 515, de 01 de setem-

bro de 2005, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: Telefonista NBA-02.

Curitiba, 04.12.06.

(a) MALVINA VAENA

